



(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento aos Requerimentos nºs 41 e 44, de 2013, de minha autoria, com o objetivo de discutir a situação dos povos indígenas cintas-largas de Rondônia e Mato Grosso, bem como avaliar a implantação de projetos direcionados àquelas comunidades, especialmente os projetos destinados a proporcionar alternativas econômicas e sociais, com a presença dos seguintes convidados: Ex^{mo} Sr. Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho; Carolina Comandulli, Diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Fundação Nacional do Índio; Bruno de Lima e Silva, Coordenador Regional Substituto da Fundação Nacional do Índio; Paulo Roberto Cinta-Larga, representante dos cintas-largas de Mato Grosso; Reginaldo Pereira da Trindade, Procurador do Ministério Público Federal de Rondônia; Dr. Leandro Daiello Coimbra, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal.

Há, sobre a mesa, requerimento:

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA Nº 47, DE 2013

- Não Terminativo -

Em aditamento ao Requerimento (RRA) nº 41/2013 e ao Requerimento (RRA) nº 44/2013, aprovados em 26/09 e 17/10/2013, respectivamente, requeiro que sejam convidados o Sr. Marcelo Cinta Larga - Representante dos Cinta Larga de Rondônia – CINTA LARGA; Sr. Leandro Daiello Coimbra – Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal – DPF e o Sr. Sérgio Augusto Dâmaso de Sousa – Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, para participar da audiência pública que discutirá a situação dos povos indígenas Cinta Larga de Rondônia e Mato Grosso, e avaliar a implantação de projetos direcionados àquelas comunidades, especialmente os projetos destinados a proporcionar alternativas econômicas e sociais.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Como nós temos pouco tempo, Sr. Ministro, vou fazer as minhas colocações mais tarde e passo a palavra ao Dr. Reginaldo... Nós temos um vídeo?



Dá para passar o vídeo agora? (*Pausa.*) Então, vamos ver o vídeo que foi feito lá em Espigão d'Oeste, na aldeia dos cintas-largas.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito bem. Assistimos, então, um pouco da história dos cintas-largas.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Reginaldo Pereira da Trindade, Procurador da República no Estado de Rondônia.

O SR. REGINALDO PEREIRA DA TRINDADE – Boa tarde a todos!

Boa tarde, Senador Acir Gurgacz!

Boa tarde, Ministro Gilberto Carvalho!

Agradeço imensamente a boa vontade, a generosidade do Senador Acir Gurgacz em propor esta audiência pública, em propiciar esta reunião, este evento tão importante para discutirmos um tema que está tão esquecido pelo Estado brasileiro.

Agradeço imensamente de coração a boa vontade do Ministro de largar a sua agenda apertadíssima e estar aqui conosco para saber o drama desses índios.

Agradeço o meu colega, Dr. Guilherme Gopfert, que está conosco nessa luta, é jovem, é entusiasmado. A gente precisa de pessoas assim.

Agradeço a assessoria do Senador, que me deu todo o apoio necessário para a realização deste evento.

Agradeço também a presença da representante da Funai. Enfim, agradeço a presença de todos.

Eu farei uma breve exposição. Vou procurar ser o mais conciso possível, até porque o mais importante realmente é que a gente discuta e pense possíveis estratégias para pelo menos amenizar a situação desses índios.

Quem são os índios cintas-largas? O povo cinta-larga é composto de cerca de 2 mil índios, habitantes de quatro terras indígenas, que totalizam mais de 2,7 milhões de hectares, terras que estão presentes tanto no Estado de Rondônia quanto no Estado de Mato Grosso.

Há uma breve história, da qual vou até poupá-los, porque, de certa forma, já se referiu bem a ela no vídeo a que acabamos de assistir. Eu só gostaria de mencionar, a título de registro, que, há 100 anos, houve uma importantíssima expedição lá nas terras indígenas do povo cinta-larga, composta pelo Marechal Rondon e pelo então ex-presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt. E é dessa expedição que surgiram muitos nomes lá da terra indígena que estão presentes até hoje, inclusive e principalmente o nome Terra Indígena Roosevelt, o Garimpo Roosevelt, é justamente em homenagem ao então ex-presidente dos Estados Unidos.

Depois do Massacre do Paralelo Onze, na década de 60, nós tivemos o início da exploração de diamantes, por volta de 1999/2000, e, em 2004, nós tivemos o incidente mais lamentável, que foi a morte dos 29 garimpeiros nas terras em decorrência desse conflito interétnico.



Quais são os problemas do povo cinta-larga? Eu costumo dizer que o povo cinta-larga sofre com todos os problemas, senão todos, mas a imensa maioria dos povos indígenas do País sofre com um *plus*, com um agravante. Quais são esses problemas? Falta alimentação, falta moradia, falta estrada, falta saúde, falta educação, falta dignidade, sobra preconceito etc., etc., etc.

Além de todos esses problemas, comuns à imensa maioria dos povos indígenas do Brasil, o povo cinta-larga sofre com um problema adicional, e esse problema é justamente a maldita exploração de recursos naturais das terras deles, com destaque para a exploração de diamantes. Esse é um problema gravíssimo que já provocou mais de uma centena de mortes e tem potencial para levar o povo inteiro à extinção. Então, esse é um problema muito grave.

E todos esses problemas são absolutamente atuais. Então, não pensem, quem quer que seja, que pelo fato de, felizmente, nos últimos anos, nós não termos mais grandes mortes ou várias mortes lá na região, o problema desapareceu. Muito pelo contrário, Ministro, o problema persiste, e persiste porque aquele mesmo contexto que ocorreu, em 2004, ainda persiste até hoje.

Nós temos ainda diamantes nas terras do povo cinta-larga; nós temos ainda um povo indígena passando toda sorte de privações; nós temos ainda milhares, muitas pessoas interessadas em lucrar às custas da desgraça desses índios; e nós temos ainda um Governo omissivo, um Governo que não tem feito a sua parte para tirar os índios dessa situação.

Então, esse quadro é absolutamente atual, é absolutamente contemporâneo. E há um agravante ainda nesse quadro: atualmente, a questão cinta-larga está invisível. Não se ouve mais falar do povo cinta-larga, como se o problema tivesse sido solucionado naturalmente. Não foi de forma alguma!

Esse garimpo precisa ser paralisado. Então, nós colocamos um dilema. Como paralisar o garimpo diante da atuação do Governo Federal? Se o Governo Federal não fizer a parte dele, não se desincumbir com o mínimo de responsabilidade, com o mínimo de seriedade, com o mínimo de interesse, não conseguiremos paralisar esse garimpo de forma alguma, a menos que alguém queira sustentar que o Exército vai descer na terra indígena e vai paralisar esse garimpo na marra, à custa de uma provável guerra contra os índios. Como ninguém em sua sã consciência vai sustentar isso atualmente, o Governo vai ter de fazer a parte dele.

Nós temos aí alguns números, só para ilustrar rapidamente.

Desde 2004, nós atuamos maciçamente na defesa do povo indígena. Então, nós pedimos dez recomendações, fizemos mais de cem reuniões e propusemos nove ações civis públicas. Então, há vários outros números, o que totaliza 2.466 atuações.

Se os senhores me perguntarem o que nós verdadeiramente conseguimos nesses nove anos de atuação, eu vou dizer solenemente: muito pouco, quase nada. Nós não conseguimos nada, Ministro, porque falta justamente a espinha dorsal, a questão mais importante, o requisito *sine qua non* de virada



dessa história triste, que é a vontade política do Governo em resolver ou pelo menos amenizar os problemas desses índios.

Então, na raiz de todos os problemas do povo cinta-larga, está, por assim dizer, essa atuação que nós chamamos de “atuação pouco virtuosa do Governo Federal”.

E eu trouxe alguns exemplos, Ministro, para tentar ilustrar isso. Não teria a mínima condição de discorrer sobre todas as agruras, sobre todos os exemplos, sobre todos os relatos, sobre todas as evidências que nós temos a respeito dessa situação, mas eu trago alguns números, eu trago alguns exemplos para ilustrar. No volume que foi distribuído, está toda a nossa atuação. Nós temos relatórios, cartas, discursos, relatos, ações judiciais, recomendações, tudo isso ilustrando o que eu estou a dizer.

Então, o primeiro caso que trago à consideração é a política absolutamente opressora do Governo Federal. E ela é opressora porque milhões de reais estão sendo gastos em repressão, e muito pouco ou quase nada tem sido gasto em proteção.

Nós fizemos um levantamento, de 2007 até 2009, mais ou menos, e detectamos que, de média, o Governo Federal, o Ministério da Justiça gastava – ou deveria gastar – algo em torno de R\$7 milhões, por ano, com repressão, na tentativa de reprimir, de coibir o garimpo nas terras indígenas do povo cinta-larga. E ele gastava menos de 10% desse valor, menos de R\$700 mil com atividades protetivas. Destes R\$700 mil, pouco ou quase nada era gasto efetivamente com os índios, porque a imensa maioria desse valor era gasto com diária de servidor da Funai etc., etc., etc.

E essa política é absolutamente opressora, primeiro, porque o trabalho da Polícia Federal – e lamentamos aqui não ter a presença nem do Ministro da Justiça, muito menos do Diretor da Polícia Federal, porque eles é que merecem ouvir isso – é extremamente criticável na região. Embora esse grupo tenha sido constituído por uma ordem direta do então Presidente Lula, e a missão dele é coibir a exploração de diamantes nas terras do povo cinta-larga, esse grupo, que é capitaneado pela Polícia Federal, simplesmente não consegue isso. E não consegue porque a vertente opressora está sozinha; ela precisa, ao nosso entender, ser aliada à vertente protetiva. A esse propósito, nós expedimos uma recomendação, em 2009, ao próprio Ministro da Justiça. A assessoria técnica dele disse da legitimidade e até da justiça daquela nossa ponderação. A recomendação dizia basicamente que se deveria gastar, ao menos, o mesmo tanto que se gasta em repressão com a proteção.

Essa não é uma equação muito certa de se fazer. O que eu tenho certeza absoluta é de que não dá para gastar R\$7 milhões em repressão e R\$700 mil ou menos do que isso em proteção. Não tem condição, até porque essa política do Governo... Porque o trabalho da Polícia Federal funciona basicamente assim: eles montaram barreiras, ao longo dos 2,7 milhões de hectares, cinco barreiras, Ministro. Veja se há condição de cinco barreiras conterem um perímetro de 2,7 milhões de hectares. E basicamente esse trabalho é para incomodar os



índios. É porque o índio é que tem de entrar, sair e passar por todas essas barreiras. O crime organizado não usa essas barreiras. Então, essa política está oprimindo, está constringendo os índios, que, durante muito tempo, reclamavam da atuação da Polícia nessas barreiras.

Há outra questão ainda em relação a essa política opressora, que é o repasse de recursos à Força-Tarefa Roosevelt. Com a morte dos garimpeiros, em abril de 2004, foi constituída, em setembro desse mesmo ano, pelo Presidente Lula – e vários ministros subscreveram essa ordem direta do Presidente –, a Força-Tarefa Roosevelt, que seria aquele grupo destinado a coibir, a impedir a exploração de minérios nas terras do povo cinta-larga. Acontece que esses recursos sequer eram repassados regularmente para a todo-poderosa Força-Tarefa Roosevelt. Isso nos levou a ingressar com uma Ação Civil Pública. Nós conseguimos uma ordem judicial. A Justiça determinou que a União cumprisse uma ordem do Presidente da República, e, mesmo assim, o dinheiro não tem sido repassado regularmente.

Outro exemplo que nós temos dessa atuação pouco virtuosa do Governo Federal é a desassistência judiciária. Os índios estão completamente abandonados, em termos de assistência judiciária. Eu poderia aqui dar muitos exemplos, Ministro, a respeito disso. Vou dar apenas dois. Uma das principais lideranças do povo cinta-larga, o Nacoça Pio Cinta Larga, ficou preso, em 2007, por cerca de dois meses, por um crime que ninguém fica preso no País: posse de alguns cartuchos de espingarda de caça.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. REGINALDO PEREIRA DA TRINDADE – Nós já começamos, Marcelo, até para aproveitar a presença do Ministro.

Então, o Nacoça Pio Cinta Larga ficou preso, em 2007, por cerca de dois meses, por posse de cartucho de espingarda de caça. O mais dramático nesta história é que não tinha um Procurador Federal da Funai lá para fazer o pedido. Então, esse pedido teve de ser feito pelo Ministério Público Federal. E depois que nós conseguimos a ordem de soltura do Nacoça Pio Cinta Larga, ele ainda ficou cerca de 15 ou 20 dias preso, já com um ordem judicial para soltura. Não só não tinha um Procurador Federal, como não tinha um servidor da Funai com um mínimo de diligência para recolher o valor da fiança e ir lá soltar o pobre do Nacoça Pio Cinta Larga.

Outro exemplo: recentemente, nós tivemos um júri em Ji-Paraná, o primeiro que foi feito lá, em Ji-Paraná; um júri federal. Dois brancos e um índio cinta-larga são acusados da tentativa de morte de um advogado de Cacoal. Todos ficaram presos provisoriamente. Acontece que os brancos ficaram presos um ano e meio e o índio cinta-larga ficou preso provisoriamente quase cinco anos, Ministro. Resultado do julgamento: os dois brancos foram condenados; o índio foi inocentado.



E aqui, senhores, não pensem que nós estamos levantando firula, quizila ou trabalho ruim desse ou daquele advogado, desse ou daquele Defensor Público Federal, desse ou daquele Procurador Federal. O fato é que essa assistência judiciária do povo cinto-larga está completamente equivocada. Não existe sequer Procurador Federal da Funai em Cacoal; e, se existe, ele fica ali um ou dois meses até conseguir a remoção para o Nordeste, para o Sudeste ou para o Sul do País. Então, esses índios estão completamente abandonados à própria sorte.

Eu trouxe aqui mais um exemplo dessa atuação complicada do Governo Federal, que é a política mineral desfavorável. E aqui eu não vou nem entrar na questão da mineração em terra indígena, dessas discussões, embora sejam de interesse capital e crucial do povo cinto-larga. Como é uma questão que perpassa a questão cinto-larga, eu não vou abordar. Eu vou abordar dois pontos específicos da questão cinto-larga. Primeiro, os requerimentos de mineração.

O DNPM, Senador, tinha uma postura de – Boa tarde, Deputado; muito obrigado por ter vindo –, quando recebia um requerimento de mineração em terra indígena do povo cinto-larga, em vez de ele indeferir, seja porque não houve ainda regulamentação, seja principalmente porque a atribuição não é dele, é do Congresso Nacional autorizar ou não a mineração em terra indígena, o DNPM simplesmente sobrestava esses requerimentos.

Acontece que, ao sobrestar, cada requerimento desse continuava lá nos sistemas e nos registros do DNPM. E o que acontecia? As mineradoras, as multinacionais, o crime organizado já estava explorando isso, especulando em cima dessa posição dúbia do DNPM. As multinacionais, as canadenses já estavam divulgando em seu *site*, para o mundo inteiro: "Olha, eu já tenho x por cento da terra indígena cinto-larga; esse filé aqui já é meu."

Para vocês terem uma ideia, mais de 90% do território cinto-larga já estava loteado. Nós ingressamos com uma ação judicial contra o DNPM e conseguimos na Justiça o cancelamento desses requerimentos de mineração. E a questão ainda está tramitando em recursos do DNPM.

Outra questão importante também, envolvendo a questão da mineração, é a reversão dos diamantes apreendidos em prol dos índios. Nesse conflito, desde 1999/2000, muitos diamantes foram apreendidos nos mais variados inquéritos, nas mais variadas operações que foram feitas. E esses diamantes estão aí: ora com a Polícia Federal, ora com o DNPM, ora já leiloados e vendidos. Enfim, essa é uma riqueza que bem poderia voltar para a comunidade cinto-larga para tentar, de alguma forma, amenizar a situação desses índios.

Nós temos várias ações judiciais nesse sentido, mas nós havemos de nos sentar com o DNPM para discutir essa questão. Esse é um recurso que não vai fazer nem cócegas no Orçamento da União e que pode ajudar bastante esses índios.

Em matéria de atuação pouco virtuosa do Governo Federal, nós não poderíamos jamais deixar de falar da atuação da Funai. A Funai jamais tratou a questão cinto-larga com a primazia, com preferência, com a precedência que ela



merece. Para a Funai, ou pelo menos para a ex-diretoria da Funai, que é com quem tivemos mais contato – inclusive, eu gostaria de deixar bem claro para a Dr^a Carolina que o nosso discurso é muito vigoroso, é muito duro, mas ainda é um discurso para construir. Nós entendemos a importância da Funai. A Funai precisa ser valorizada; a Funai tem que ter condições para bem desempenhar a sua sublime missão. E nós somos parceiros, apesar do discurso vigoroso. E não tem como ser diferente, porque, do contrário, não conseguimos ecoar os clamores desses índios. E as objeções, as críticas que eu farei são todas direcionadas à ex-diretoria da Funai, capitaneadas pelo Sr. Márcio Meira. Inclusive, nós chegamos até a processá-lo recentemente por improbidade administrativa.

Então, assim, a Funai jamais tratou a questão cinto-larga com a prioridade, com a preferência que ela merece. E eu não digo isso, gente, porque eu sou insensível às centenas de povos indígenas do País, não. De forma alguma. Acontece que não dá para resolver o problema de todo mundo. Tem que haver preferência, tem que haver estratégia de planejamento. Esse é um problema de dimensão internacional. O que vai acontecer se houver um novo embate e, em vez de 29 garimpeiros, morrerem 29 índios? E esse é um povo à beira da extinção. Além disso, que órgão público, no País, Senador, almeja resolver todos os problemas que estão à mesa? Que todos os problemas dos povos indígenas sejam resolvidos, mas que eles sejam resolvidos de acordo com uma ordem de preferência, de prioridade, de acordo com os mais variados critérios.

Então, nós sempre sustentamos que a questão cinto-larga, por sua dimensão, pelo seu drama, pelo seu relevo, pela sua potencialidade letal e lesiva, mereceria, como merece, uma primazia, uma preferência. E nós sempre tivemos dificuldade para emplacar esse discurso na gestão do Sr. Márcio Meira. Para eles, era sempre mais um problema a abarrotar a mesa de trabalho.

Outro problema: ausência de planejamento e estratégias adequadas.

É impressionante – ou era – a falta de planejamento, a falta de método. Impressionante. Chegava a um extremo de decidirmos em reuniões locais, lá em Cacoal, lá em Rondônia, e, imediatamente, quando chegávamos para conversar com o presidente da Funai, o presidente da Funai desautorizar prontamente o que a coordenação, a unidade local da Funai havia decidido, Ministro. Era algo impressionante.

Outro tema que eu imagino ainda aflige, com certeza, a Funai: a carência de recursos de toda ordem. Falta tudo na Funai: falta gente, falta recurso, falta carro, falta tudo, absolutamente tudo. Dinheiro não é tudo, mas sem dinheiro não fazemos nada, sem dinheiro não fazemos sequer reunião. Esses índios só vieram aqui graças – nós tivemos que mover montanha para esses índios estarem aqui – ao Bruno, ao Aluisio Azanha, ao Antônio da Funai, graças a kanindé, que é uma ONG que nos ajuda, graças à Alda Uchôa, da Sesai. Então, foi uma mobilização grande para trazer meia dúzia de índios para Brasília para um evento dessa magnitude. Então, sem dinheiro não vamos chegar a lugar nenhum.

Por fim, a desastrosa atuação da ex-diretoria. É triste dizer isso, mas temos que dizer: é desastrosa, para não dizer, Ministro, criminosa atuação da ex-



diretoria da Funai, capitaneada pelo Sr. Márcio Meira. Gravíssima atuação. Darei só dois exemplos dessa desastrosa atuação: primeiro, a recusa sistemática em dialogar com o Ministério Público Federal e com as comunidades indígenas. O ex-presidente Márcio Meira e a sua diretoria simplesmente não queriam sentar-se à mesma mesa para discutir com dois parceiros: o Ministério Público Federal e as comunidades indígenas. Não queriam. Não respondiam aos nossos ofícios – requisitava, assinava prazos. Eu tenho mais de 20 ofícios não respondidos pelo Sr. Márcio Meira.

Outro ponto até muito mais grave: a própria Funai, na ex-diretoria, capitaneada pelo Sr. Márcio Meira, tratou os índios cintas-largas com preconceito. A própria mãe Funai tratou os índios com preconceito. Vou dar um exemplo apenas: numa tarde, por volta de 2008, o então coordenador do GT, que era o Grupo Tarefa, grupo da Funai que deveria ser o gerente desse processo de mudança, essa pessoa, que era um advogado da mais absoluta confiança do Presidente Márcio Meira, nomeado diretamente pelo Presidente da Funai, dirigiu-se aos índios da seguinte forma: “Olha, diga para esse índio barrigudo aí que ele é um criminoso, um bandido, porque eu sou advogado e conheço cara de bandido”. Ele disse mais: “Eu sou advogado, então, os índios têm que aprender comigo e não eu aprender qualquer coisa com esses índios”. Veja: uma pessoa, um advogado, nomeado para conduzir a política de proteção ao povo cinta-larga, nomeado diretamente, Ministro, pelo então Presidente Márcio Meira. Então, por conta dessa ímproba atuação da ex-diretoria da Funai, não nos restou outra a não ser ingressar com uma Ação de Improbidade Administrativa. Essa ação está no volume que foi distribuído a vocês, não está no material impresso, mas está aí numa mídia na última página desse encarte, desse dossiê. Podem olhar aí: ação contra o ex-presidente da Funai. Leiam essa ação e vejam a que ponto chegamos, a que ponto chegou a atuação da ex-diretoria da Funai.

Pois bem, diante de um problema dessa envergadura e o Ministério Público Federal reconhecendo, até com certa humildade, toda a sua limitação para tentar amenizar a situação desses índios, a partir de abril deste ano, constituímos uma parceria com a sociedade denominada Grupo Clamor – Clamor significa Cinta-Larga, Amigos em Movimento pelo Resgate –, sem falar que há a virtude de associar à sigla “CL” – cinta-larga – à palavra amor.

Essa é uma parceria entre o MPF e a sociedade, e estamos atrás de instituições fortes e republicanas, como o Senado Federal, para nos ajudar nesse esforço. O objetivo central desse esforço é alertar o Governo Federal para a gravidade, atualidade e urgência da questão cinta-larga. O objetivo central é esse. Temos já várias pessoas atuando conosco. Só em Rondônia temos mais de 30 pessoas inscritas, são professores, estudantes, representantes de ONGs, representantes do Poder Público, pessoas de bem que querem ajudar o povo cinta-larga.

Temos nos reunido regularmente, e foi justamente no bojo da atuação do Grupo Clamor que fizemos aquela reunião lá no Estado com o



Governador, com V. Ex^a e aí V. Ex^a teve essa brilhante ideia mesmo para nos trazer aqui nesta audiência pública.

Estou finalizando. Este é o último eslaide.

Desafios e perspectivas. Esse garimpo precisa ser paralisado de alguma forma e a questão cinta-larga precisa sair da invisibilidade. A questão cinta-larga precisa sair dessa indiferença.

Temos o dilema repressão e prevenção. Enquanto o governo do Brasil estiver investindo ou tentando investir apenas em repressão, deixando a prevenção de fora, não vai ter condições de tirar esses índios dessa situação. Costumo dizer que precisa ser constituído um verdadeiro plano de vida para o povo cinta-larga, com ações de curto, médio e longo prazo. Esse plano precisa ser ambicioso. Ações pontuais não vão tirar esses índios da situação em que eles estão. Ações pontuais a Funai tem feito, ações pontuais o Governo tem feito.

Na raiz de tudo, temos a atitude do Governo Federal: a omissão, o descaso, a indiferença, tudo pode e com certeza vai conduzir à extinção do povo cinta-larga. Extinção essa que se não for física ao menos tradicional, cultural, dos valores mesmo desses povos indígenas.

Basicamente era isso que eu tinha para dizer para todos vocês.

Pediria mais dois minutos da atenção do Ministro, porque trouxe um texto escrito, de uma folha apenas, que eu gostaria de ler e trouxe até algumas cópias para distribuir, só uma folha apenas, que mais ou menos condensa essa minha apresentação.

Senhoras e senhores, há nove anos 29 pessoas morreram num conflito interétnico na reserva Roosevelt do povo cinta-larga.

Há 50 anos, 3.500 índios da mesma comunidade, foram dizimados no mundialmente conhecido Massacre do Paralelo Onze, que contribuiu para o fim do antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criado por ninguém menos do que o Marechal Rondon.

Não bastassem as mortes, aspecto mais visível e chocante de uma longa história de violência e indignidade, os índios cintas-largas ainda passam por toda sorte de privações.

O garimpo de diamantes, explorado há quase 15 anos em suas terras tem posto a prova tudo que a Constituição e as leis do Brasil asseguram às populações indígenas.

Terra rica, povo pobre, eis o paradoxo cinta-larga.

Na raiz de tanta miséria e desolação a desastrosa política do Governo do Brasil, que teima não enxergar dimensão, urgência e gravidade do drama cinta-larga.

A opressora política governamental, que consome milhões de reais em repressão e quase nada em proteção, a ineficiente atuação da Funai, que jamais teve pessoal e recursos para desempenhar sua sublime missão, a assistência judiciária ofertada em nível tão elementar, isso quando ofertada, são apenas algumas das mazelas.



A questão cinta-larga é tão grave hoje quanto era em abril de 2004, quando 29 vidas se perderam.

O mesmo contexto explosivo perdura: existência dos diamantes, povo indígena agonizando por falta de tudo, omissão selvagem do Governo Federal, preenchida por imensa quantidade de pessoas interessadas em lucrar às custas da desgraça indígena.

Para piorar o quadro, atualmente a tristeza cinta-larga está invisível aos olhos do Brasil. O Governo se faz surdo aos clamores.

O povo cinta-larga não existe, resiste. É triste dizer, mas é preciso dizê-lo sem rodeios, Ministro – eu rogo que V. Ex^a leve esse clamor cinta-larga a todas as autoridades do Governo –: se o Governo do Brasil não tomar vergonha na cara – e é disso mesmo que estamos falando –, vergonha na cara, não tardará e o barril de pólvora do Garimpo do Roosevelt explodirá de novo e muitos morrerão.

Quantas pessoas índias ou não terão que tombar, então, para o Brasil reconhecer a gravidade e a dimensão da questão cinta-larga e mover suas ações à altura? Sem falar, Sr. Ministro, que não se oprime um povo só com guerra e matança. No fundo, a pior opressão é aquela exercida pelo veneno da indiferença, até porque escondida em números, documentos e estatísticas.

Para tentar vencer tamanho mal, o Ministério Público Federal construiu uma parceria com a sociedade, chamada Grupo Clamor (Cinta Larga, Amigos em Movimento pelo Resgate). O objetivo central é fazer o Brasil acordar desse sono tão perturbador, que perdura desde sempre e que pode conduzir à extinção do grupo indígena.

Os tempos põem à prova as almas dos homens. Nessa hora mais escura, apelamos à humanidade de todos que possam ouvir nossas súplicas. Toda pessoa de bem que queira, de coração e com devoção, somar, quiçá multiplicar esforços, será muito bem-vinda. Precisaremos urgentemente render mais que podemos.

O Brasil está a dever muito ou tudo a esses índios. Essa dívida quase impagável, de certo modo, atinge a todos nós: todos somos devedores solidários nesse contexto de indignidade e sofrimento.

As poucas portas que ainda nos restam se fecham cada vez mais, Senador. Não temos mais a quem buscar socorro.

É imperioso que essa audiência pública, realizada na mais alta Casa do Parlamento brasileiro, sirva de divisor de águas cintas-largas. Será um caminho bastante sinuoso, como são todos os que devem ser percorridos para levar dignidade a quem mais precisa neste País.

E, se daqui a 10, 50 ou 500 anos os índios ainda experimentarem os mesmos sofrimentos, que ninguém duvide de que não foi por falta de empenho e dedicação da nossa parte.

Com honestidade de princípios e propósitos e a consciência tranquila como única recompensa, ousemos, Senador, tentar mudar essa história triste.

Sonhamos alto, trabalhamos firme, não desistamos jamais!



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito obrigado, Procurador, Dr. Reginaldo Pereira, pelas suas colocações.

Agradeço imensamente a presença do nosso Ministro Gilberto Carvalho, presença que demonstra exatamente a preocupação que o Governo da nossa Presidenta Dilma tem com todos os índios brasileiros, em especial com os índios cintas-largas. Então, a sua presença aqui, Ministro, demonstra exatamente isso. Esse é o nosso sentimento em relação à ação do Governo e à sua gentil estada nesta Comissão na tarde de hoje para ouvirmos as reivindicações, as ponderações e as colocações que serão feitas por todos, a exemplo do que acaba de fazer o Procurador Reginaldo.

Passo a palavra ao nosso Ministro Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Meus caros amigos, caras amigas, ao cumprimentar particularmente os representantes do povo cinta-larga, quero agradecer muito ao meu querido Senador Acir por essa iniciativa de convocar essa audiência pública.

Quero cumprimentar também o nosso Dr. Reginaldo, além da liderança cinta-larga à Mesa e também à Drª Carolina, que aqui representa a Funai; o Bruno, nosso Coordenador Regional da Funai.

Quero me desculpar com vocês porque quando o Senador me ligou, eu já estava com uma agenda muito pesada. Essa foi uma semana muito dura aqui em Brasília, porque o que não falta neste País são problemas, dificuldades, e nesse momento estamos num atendimento grande a toda a questão dos sem terra.

Mas fiz questão de vir aqui, em atenção, Senador, à sua iniciativa, exatamente naquilo que o senhor disse, pois, de fato, para o Governo brasileiro, a questão indígena é muito importante. É uma questão que está a exigir efetivamente uma solução definitiva. Para mim, a resolução da causa indígena é uma questão civilizatória. O Brasil não pode continuar convivendo com uma parcela importante do seu povo estando fragilizada, vivendo situações como as que vimos no vídeo aqui trazido pelo nosso Procurador, a quem quero cumprimentar pelo empenho nessa causa. Acho que é muito importante que homens públicos levem a sério uma questão como essa.

A Drª Carolina vai, em seguida, expor aquilo que a Funai está dizendo. Eu não tenho, sinceramente, um conhecimento mais aprofundado da questão. Levo, com muito carinho, suas palavras para dar conhecimento à Presidenta Dilma, ao Ministro da Justiça e a todas as autoridades ligadas a essa questão. Mas quero lhe dizer que o esforço que temos feito nessa questão indígena tem passado por um grande empenho, por uma grande dedicação frente uma causa que foi sendo acumulada ao longo dos séculos, que você não resolve, infelizmente, no tempo que você gostaria de resolver.

Vendo esse vídeo, não há como não sentir vergonha, não há como não pedir desculpas formalmente e como não sentir vergonha de uma pretensa civilização branca que tenta se impor a outra massacrando-a. Ao invés de



aproveitar a imensa riqueza deste Brasil – temos povos, temos raças, temos etnias diferenciadas –, a tentativa é de acabar, de exterminar uma etnia. Isso é um crime contra a humanidade, é um crime imperdoável, do qual nós, que somos, de alguma forma, representantes dessa raça e dos povos que aqui vieram e passaram a dominar o País, nós somos responsáveis e temos que dar uma resposta. Então, cala no coração profundamente essa questão.

Quero me permitir, Dr. Reginaldo, separar apenas a adjetivação que o senhor faz. Atribuo isso ao calor da sua luta. Em relação a algumas palavras que o senhor usa, em termos de atuação opressora e tal, eu tenho uma discordância, porque é, imagino, pelo seu envolvimento emocional, porque posso lhe assegurar que neste Governo não há nenhuma vontade opressora. Pelo contrário. O senhor sabe muito bem que nós conseguimos, ao longo desses anos, incluir mais de 40 milhões de brasileiros que estavam absolutamente excluídos. Temos feito um trabalho muito importante na questão indígena, temos mantido um diálogo permanente com a questão indígena. Infelizmente, a “escolha de Sofia” que o senhor propõe nós não podemos aceitar, não podemos priorizar apenas um povo, porque, se olharmos a situação dos guaranis-kaiowás, no Mato Grosso do Sul, ela é pior ainda, infelizmente. Digo isso com vergonha, porque é um reconhecimento dos problemas que temos, é pior ainda do que a situação do povo cinto-larga. A mesma coisa posso dizer da situação dos terenas, que foram mortos agora, há pouco tempo.

Infelizmente, a questão indígena é vasta, é importante, e temos que enfrentá-la, sim, na sua totalidade. Vamos fazê-lo, estamos buscando fazê-lo. Estamos tentando resolver uma questão doloridíssima no Mato Grosso do Sul. Qual é o problema do Mato Grosso do Sul? É que áreas indígenas foram entregues não apenas a grandes latifundiários, mas também a pequenos produtores rurais, que vieram trazidos do Rio Grande do Sul, tiveram sua terra titulada, e, depois de 40, 50 anos naquela região, descobrem que aquela área é indígena. Não podemos deixar de dar aos guaranis a terra; temos que dar a terra aos guaranis, mas, ao mesmo tempo, temos que tirar aqueles agricultores dali, que tiveram, insisto, seus títulos reconhecidos e colocá-los em outra área. Todo esse processo é extremamente doloroso. A mesma coisa no Rio Grande do Sul, a mesma coisa em Santa Catarina, a mesma coisa no Paraná.

A rigor, as grandes terras indígenas, que deviam ser demarcadas no Brasil nas áreas com menos presença do homem branco, já foram demarcadas, na sua grande maioria. Resta agora aquilo que é mais difícil: essas áreas onde o conflito se dá não só contra o grande fazendeiro, mas se dá contra o pequeno produtor, que, muitas vezes, foi iludido pelo Estado brasileiro e não tem culpa nenhuma.

Então, tudo isso, insisto com o senhor, tem consumido de nossa parte uma dedicação muito grande, uma negociação, uma busca da solução. Nós sabemos dos problemas da saúde indígena, nós sabemos dos problemas... Isso me agrada muito, Dr. Reginaldo e Senador, essa proposta de uma mesa que pense o futuro. A última frase da sua apresentação é o que mais me interessa: é



como permitir que o povo cinto larga, daqui para frente, desenvolva sua vida com dignidade, sem a dependência, sem a presença do maldito garimpo ilegal nas suas terras. Isso é, de fato, a tarefa que mais levo daqui, levando em conta, de fato, um passado de muitos erros nossos, mas levando a decisão de que nós vamos ter que trabalhar fortemente nessa condição.

Vou levar ao Ministro da Justiça, vou levar à Presidenta Dilma essa questão e vou levar – aqui estão a Drª Carolina e o Bruno, ambos da Funai – também à Funai essa questão do desenvolvimento de um plano sustentável de apoio para esse povo. Já existem iniciativas que a Carolina vai mostrar aqui, mas nós temos que dinamizar muito as iniciativas, para que esse povo tenha de fato a sua cultura preservada, o seu trabalho e acima de tudo a sua vida e dignidade.

Portanto, Senador, mais uma vez, eu o agradeço muito e o cumprimento. O senhor faz jus à sua história ao tomar essa iniciativa, ao aceitar criar esse espaço de discussão.

Deixo aos companheiros cintas-largas o meu compromisso pessoal e do nosso Governo em tratarmos com atenção e a intensidade que merece essa causa, porque o que está em jogo é a vida da nossa gente.

Era isso, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Ex^{mo} Ministro Gilberto Carvalho pelas suas colocações e pela sua presença aqui conosco. Transmita à Presidenta Dilma os nossos agradecimentos pelo trabalho que o Governo faz na tentativa de resgatar essa dívida que todos nós temos com os povos indígenas. É uma dívida que todos nós a herdamos, e ela faz parte da vida do povo brasileiro.

Passo a palavra à Drª Carolina Comandulli para fazer as suas colocações.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Eu só queria salientar que ficará aqui o Dr. Tiago, que é antropólogo, e faz da minha equipe na Secretaria-Geral. Ele continua aqui na reunião como presença da nossa Secretaria.

A SRª CAROLINA COMANDULLI – Boa tarde a todos e a todas!

Em nome da Funai, também gostaria de agradecer o convite. Infelizmente não pude assistir ao vídeo, mas, após as falas, eu já adianto que nós temos também muita esperança nos resultados desta audiência, tendo em vista que nós queremos também, a partir daqui, construir ações cada vez mais articuladas, cada vez mais consistentes para atender às demandas do povo cinto-larga.

Farei uma breve apresentação das ações da Funai junto ao povo cinto-larga, mas, antes de eu iniciar especificamente as ações da Funai junto ao povo cinto-larga, eu gostaria – pode passar o próximo eslaide – de fazer uma breve contextualização da situação atual da Funai, da atuação da política indigenista.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Drª Carolina, permita-me interrompê-la por um minutinho? (*Pausa.*)



Gostaria de convidar o Deputado Carlos Magno para fazer parte da Mesa.

O SR. CARLOS MAGNO (PP - RO) – Senador, obrigado pela deferência, mas eu estou bem aqui. Depois eu quero fazer algumas minhas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sem dúvida, sem dúvida. Agradeço a sua presença conosco.

O SR. CARLOS MAGNO (PP - RO) – Obrigado pela preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Obrigado, Dr^a Carolina.

A SR^a CAROLINA COMANDULLI – Eu gostaria de falar um pouco do contexto atual da Funai, resultado de uma reestruturação que vem ocorrendo desde 2009.

Como todos sabem, em 1988, houve uma mudança de paradigma da relação do Estado brasileiro com os povos indígenas. O art. 231 da Constituição Federal traz esse marco relativo à mudança da relação do Estado brasileiro com os povos indígenas.

Antes desse período, a missão do órgão indigenista oficial era de assistência e tutela aos povos indígenas, que eram considerados relativamente incapazes, pois eles não podiam responder por si. E, ao mesmo tempo, a atuação do órgão indigenista oficial era prestar assistência aos indígenas de forma paternalista, como se tivéssemos que protegê-los, mas de forma a impor e colocar os nossos valores acima dos deles, uma vez que eles não tinham voz. Isso aconteceu em 1988. Desde então, o órgão indigenista oficial, a Funai, vem se adequando a essa nova realidade: pensar uma nova política indigenista.

Em 2009, finalmente, com a reestruturação da Funai, há uma adequação da missão institucional do órgão indigenista do Estado brasileiro. Se antes a atuação da Funai era voltada à tutela e ao assistencialismo, hoje a atuação da Funai é voltada à promoção e à proteção dos direitos dos povos indígenas.

Outra mudança crucial refere-se ao papel da Funai como órgão articulador e responsável pela coordenação da política indigenista brasileira. Por que dou ênfase a isso? Porque, por muito tempo, muitas décadas mesmo, o órgão indigenista oficial brasileiro, a Funai, executava todas as ações que ocorriam em terras indígenas. Ela era responsável pela saúde, ela era responsável pela educação, ela exercia o poder de polícia dentro das terras indígenas, e assim por diante. Mas, ao longo da década de 90, essa estrutura foi-se alterando e, na atualidade, muitas ações da Funai são articuladas e sensibilizadas juntamente com outros órgãos e com a sociedade quanto à necessidade de se defenderem os povos indígenas, de se fazerem respeitar os direitos dos povos indígenas, que são povos que hoje têm a sua diversidade cultural reconhecida pelo Estado brasileiro, mas que até pouquíssimo tempo atrás isso não acontecia. Hoje, o objetivo do Estado brasileiro é integrá-los.



Quando a gente fala hoje em termos políticas diferenciadas que visem à sustentabilidade do povo cinto-larga, a gente está olhando para novos pressupostos da relação do Estado brasileiro com os povos indígenas. Eu acho que é muito importante deixar isso claro. Hoje nós olhamos para a promoção da autonomia dos povos indígenas e para a sustentabilidade de suas terras.

Essa é uma mudança que, evidentemente, é de responsabilidade de todos, e não se efetua rapidamente a partir de uma relação estrutural que foi construída dentro do Estado brasileiro. Então, nesse sentido, no que diz respeito especificamente à reestruturação, antes, porém, ainda voltando à questão da sustentabilidade, eu acho que é importante ressaltar que também o órgão indigenista oficial brasileiro por muito tempo promoveu atividades não sustentáveis no interior de terras indígenas de forma lícita, inclusive para gerar renda para o órgão, como é o caso do arrendamento das terras indígenas, quando havia serrarias instaladas dentro de terras indígenas; hoje a gente tem esse olhar da sustentabilidade, essa mudança nas estruturas do Estado brasileiro.

Quero enfatizar isso e me reportar à reestruturação da Funai. Para terem uma ideia da dimensão dessa mudança, que é a atualização da missão institucional, em 2009, o que chamamos hoje de Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável da Funai, antes era Diretoria de Assistência. Então, havia uma atuação assistencialista e paternalista em relação aos povos indígenas. A partir de 2009, então, temos uma diretoria que visa à promoção do desenvolvimento sustentável. No caso da antiga Diretoria de Assuntos Fundiários, hoje ela se chama Diretoria de Proteção Territorial.

É interessante colocar isso também para o Procurador Reginaldo, que pode se perguntar onde estão as ações de proteção. Por muito tempo, houve muita repressão e pouca proteção. E hoje nós estamos trabalhando na geração de ações e diretrizes que visem à proteção de forma mais ampliada desses territórios, incluindo o engajamento ativo dos povos indígenas nessas ações.

Outra estrutura importante da reestruturação da Funai são os comitês regionais, que ainda estão sendo instalados, mas que são instâncias participativas paritárias junto aos povos indígenas, para planejamento, além das coordenações técnicas locais, que são as nossas unidades mais próximas às terras indígenas.

Quais são os desafios que a Funai enfrenta hoje em termos da sua reestruturação? São vários. Eu citarei apenas quatro, para dar destaque aqui e compartilhar com todos. Um deles é o entendimento por parte da sociedade sobre a nova missão institucional da Funai.

Como eu disse antes, por muito tempo a instituição indigenista era responsável pela totalidade de ações e respondia em nome dos indígenas. Então, até hoje, tudo o que acontece relacionado à questão indígena a Funai é acionada, seja saúde, seja educação. Querem que a Funai, muitas vezes, ainda responda pelos povos indígenas, mas ela já não tem mais esse o papel. Há a participação efetiva dos demais entes Federados e de outros órgãos da própria Administração Pública Federal na execução da política indianista.



Então, a Funai não é mais o órgão primordial na execução da política indigenista. Nesse sentido, na execução em campo federal, digamos, existem vários ministérios que também têm recursos para serem aplicados na questão indígena, como – cito alguns exemplos – o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Temos feito parceria com esses Ministérios, pois são órgãos que têm orçamentos voltados para os povos indígenas. Enfim, a gente pode, inclusive, a partir desse diálogo, pensar em uma articulação mais fortalecida. Mas não apenas a União, como também os Estados e Municípios são também responsáveis em relação à questão indígena. Então, também esse é um marco que diferencia nossa atuação de pouco tempo atrás quando as coisas eram diferentes.

Enfim, outro desafio é a estruturação das nossas coordenações regionais e coordenações técnicas locais da Funai. Então, só para registrar, no caso dos cintas-largas, com a reestruturação da Funai, em 2009, nós temos duas coordenações regionais que atendem ao povo cinta-larga: a Coordenação Regional de Juína e a Coordenação Regional de Cacoal. Sabemos que ainda são estrutura que ainda devem ser fortalecidas, as nossas coordenações regionais, sobretudo, as nossas coordenações técnicas locais, que são unidades que devem estar mais próximas das terras indígenas.

Também temos que capacitar os nossos servidores. O Procurador Reginaldo, fez menção a um discurso de um servidor que se sobrepôs ao indígena, enfim, que foi desrespeitoso, discriminatório. De fato, nós temos uma cultura neste País que, por conta dessa relação, que antes nos colocava como civilizados e era abertamente discriminatória em relação aos povos indígenas, hoje, nós ainda temos muitos resquícios disso. Como eu digo, é uma mudança de tamanha magnitude que não se opera automaticamente na prática. E, nesse sentido, nós precisamos, sim, poder capacitar nossos servidores, mas não apenas os nossos servidores, como também os de outros órgãos do Estado para que todos nós nos atualizemos à luz dessa nova política, pautada pelos novos princípios colocados para a nova política indigenista.

Bom, aqui eu vou repetir um pouquinho algumas questões, mas eu fiz uma pequena contextualização para também inserir a perspectiva da Funai, no que diz respeito às ações da Funai junto ao povo cinta-larga até chegar à atualidade.

O contato do povo cinta-larga deu-se no século XX. E a região tradicionalmente ocupada pelo povo cinta-larga tem sido, desde então, alvo de muitas intervenções, tendo em vista tanto a expansão nacional quanto aos interesses nos recursos naturais existentes dentro das terras indígenas cinta-larga, especialmente madeira, minério – isso, sobretudo, a partir da década de 40, do século passado.

A Funai possui ação de combate aos ilícitos naquela região, desde a década de 70. Em 1980, foram instalados oito postos da Funai na região tradicionalmente ocupada pelo povo cinta-larga e, nesse período, se iniciou o



trabalho de demarcação das terras indígenas cinto-larga, juntamente com ações de fiscalização.

Mesmo já tendo sido dito, eu vou repetir, há quatro terras indígenas cintas-largas situadas nos Estados de Mato Grosso e de Rondônia, que foram demarcadas na década de 90. Essas terras indígenas, demarcadas na década de 90, são o resultado do trabalho que se iniciou na década de 80, são as terras indígenas do Parque do Aripuanã, Roosevelt e Serra Morena, compondo cerca de 2,7 milhões de hectares, aproximadamente 30 aldeias.

A exploração de diamantes tem início no final do século XX, e incide nas terras indígenas do Parque do Aripuanã e Roosevelt. Desde o início da exploração de diamantes, diversas foram as iniciativas e operações para o fechamento do garimpo, com várias configurações.

Bom, então, nesse sentido não dá para a gente colocar exatamente que houve uma omissão da parte do Governo Federal, porque nós temos inúmeros relatos das iniciativas e das operações que foram realizadas para se buscar o fechamento do garimpo, então, a gente tem inúmeros exemplos de envolvimento de vários órgãos, não só federais como estaduais também, posso citar aqui evidentemente a Polícia Federal o Ibama, o DNPM, a Funai e isso se deu em diversas configurações. Enfim, o garimpo fechou e foi reaberto inúmeras vezes. Por vezes, tínhamos operações mais articuladas, por vezes inclusive a Funai, juntamente com o guerreiro cinto-larga, fechou o garimpo. A exemplo disso, nós temos no ano de 2013 inclusive. Enfim, foram diversas as configurações entre a abertura e o fechamento do garimpo, além do fato de que, em alguns momentos, os próprios órgãos entrarem em conflito entre si, os órgãos de Estado, tanto que, por vezes, houve rompimento de diálogo com o povo cinto-larga nesse contexto de tencionamento, gerado em função do Garimpo Laje.

Em 2002 foi criado, também em resposta a essa situação, o plano emergencial para proteção das terras e apoio socioeconômico aos índios cintas-largas. Esse plano foi resultado de um plano conjunto da Funai, do Ibama, da Procuradoria da República e da Secretaria de Direitos Humanos. Como resultado desse plano, a Funai constituiu um grupo-tarefa, composto por cinco servidores que, juntamente com outros órgãos de Estado, realizou levantamento dos danos causados pelo garimpo.

Então, vou citar várias iniciativas, mas essa foi uma das primeiras iniciativas que já estava buscando um olhar para o apoio socioeconômico. No entanto, nós sabemos que essas iniciativas não foram exitosas e efetivas à época. Porque a ênfase, por muito tempo, foi na atividade de combate aos ilícitos e não tanto nas ações de desenvolvimento sustentável na área.

Em 2003, como resultado de uma CPI, diversas pessoas foram presas em função do garimpo, entre elas servidoras públicas e indígenas.

Em 2004, há o massacre dos 29 garimpeiros e o Governo Federal cria, então, um grupo operacional para fazer cessar a atividade garimpeira em terra indígena. O que dá início à operação Roosevelt, sob a coordenação do Departamento Nacional de Polícia Federal.



Então, já é um outro grupo que é criado, também uma outra tentativa em resposta à situação do garimpo.

Tendo em vista as constantes retomadas da atividade garimpeira, mesmo com a atuação do grupo operacional, a Funai promoveu um diagnóstico participativo para identificar alternativas à atividade por meio de plano de salvaguardas para um povo cinta-larga.

E, em 2010, a Funai constroi junto aos indígenas cinta-larga, o Projeto Laje, visando ao atendimento das demandas dos indígenas para a desativação do garimpo.

O Projeto Laje, criado em 2010, tinha, em sua concepção, a composição de ações voltadas a atividades sustentáveis, porque evidentemente se o garimpo gera renda, e nós sabemos que ele gera renda, mas gera renda só para alguns, é necessário que haja alternativas. Então, o Projeto Laje não olhava só para o aspecto da proteção territorial, mas, sim, para um conjunto de atividades sustentáveis para que o povo cinta-larga se engajasse e, enfim, assim, cessasse a atividade do garimpo.

Nesse contexto, um dos exemplos é a constituição de grupo de vigilantes indígenas do território em apoio às atividades de monitoramento territorial. São grupos de guerreiros indígenas que recebem auxílio financeiro para fazerem o monitoramento das terras indígenas. Essa atividade ela é rotativa, ou seja, vários indígenas, de várias aldeias são beneficiados com essa atividade, isso desde 2010. Mas, sempre que a atividade do garimpo fora retomada cessava o pagamento desse auxílio aos vigilantes indígenas.

Aqui temos um quadro de gastos com ações de monitoramento territorial pela Funai, de 2008 a 2013, e é um gráfico que reflete, por um lado, o gasto geral da Funai. Nós temos um orçamento bastante tímido para ações de monitoramento territorial e reflete, nesse quadro, a parte em azul é a porcentagem do orçamento anual da Funai, para ações de monitoramento territorial, que foi dispendido com o monitoramento das terras indígenas cinta larga.

Em média, a Funai tem dispendido de 2008 a 2013 R\$600 mil por ano e considerando que nós temos cerca de 700 terras indígenas no País para fazermos o monitoramento e demais ações. É bastante considerável o gasto que tem sido feito, levando em conta, claro, a capacidade e o orçamento de que a Funai dispõe.

Isso é no campo do monitoramento territorial da proteção territorial. Então, aqui, eu gostaria, já para ir finalizando, de falar um pouco sobre as ações de promoção ao desenvolvimento sustentável que vêm sendo desenvolvidas. E, nessa perspectiva que eu coloquei para os senhores no início, da mudança, enfim, da perspectiva da política indigenista e da reestruturação da Funai, nós temos aqui um reflexo disso, que é a meta do nosso Plano Plurianual de 2012 a 2015, que visa à estruturação de oito arranjos produtivos locais, com base em cadeias de valor, visando ao estabelecimento de marcas coletivas, certificação de produtos indígenas, acesso aos mercados e geração de renda.



Então, só para fazer um parêntese nesse processo de reestruturação, finalmente, no ano passado, na Funai foi criada uma coordenação específica que trata da geração de renda para povos indígenas. Esse foi um debate que por muito tempo não foi feito, até por conta da visão tutelar anterior e protecionista e que precisa ser enfrentada.

Bom, quais são as alternativas econômicas sustentáveis possíveis para serem realizadas junto aos povos indígenas, conforme as demandas deles, que eles possam realizar essas atividades de forma autônoma, conforme seus anseios, mas que o Estado possa estar apoiando essas atividades de forma sustentável, visando à proteção territorial das terras indígenas?

Então, um exemplo do fortalecimento desses arranjos produtivos é a cadeia de valor da castanha, e uma das ações piloto que temos é justamente nessa região, que é o aprimoramento da cadeia de valor da castanha da Amazônia no corredor tupi mondé e tupi cauariva, que envolve, entre outras etnias, a etnia cinta larga. E a Funai, também, em novembro/dezembro de 2013, dando seguimento a esse trabalho, que é incipiente ainda, é fruto do PPA 2012 e está colado a essa coordenação de geração de renda. Ela realizará uma rodada de articulação de parcerias locais, percorrendo ambos os corredores.

Aqui nós gostaríamos de dar um destaque para a Cooperativa de Agricultores do Vale do Amanhecer (Copavan), de Juruena, à qual são filiadas várias etnias, e, a partir dali, então, fazendo a venda da castanha.

Aqui já trazendo um pouco mais para números, as ações de etnodesenvolvimento, apoiadas pela Funai, de 2010 a 2012. Ali, nas terras indígenas cinta larga, são alguns exemplos, de 2010 a 2012, tanto incentivo aos cultivos, contratação de máquinas, aquisição de ferramentas, aquisição de equipamentos agrícolas para coleta da castanha, uma série delas estão voltadas justamente a essas cadeias de valor. O projeto Chicaba, que é um projeto que apoia iniciativas das mulheres cinta larga. Orçamento para produção de alimentos, apoio à cadeia produtiva da castanha da Amazônia e incentivo ao cultivo e apoio à coleta de castanha da Amazônia. Ou seja, de 2010 a 2012, um orçamento mais ou menos na faixa de R\$840 mil.

E aqui as nossas ações de etnodesenvolvimento previstas para 2013, entre elas, já avançando nesse trabalho com a castanha, a implantação dos galpões de armazenamento e de mesas de secagem; o recurso já está descentralizado para a nossa regional, que vai executar até o final do ano. Enfim, incentivo à agricultura tradicional cinta larga, apoio ao cultivo de roça, apoio à cadeia produtiva da castanha e do látex, criação de animais, rodada de articulação de parcerias locais da cadeia de valor da castanha. Isso no caso de ações que a Funai está apoiando, cerca de 240 mil este ano. E também, no que diz respeito a parcerias, acho que aqui neste fórum é importante a gente ressaltar a relevância das parcerias para agregar. Como coloquei, o Orçamento da Funai é um orçamento pequeno e, ao mesmo tempo, enfim, com o fato de a gente poder ter as parcerias federais, mas também parcerias de cooperação internacional, e aqui também o apoio do BNDES é muito valioso, inclusive emendas parlamentares.



Acho que a gente pode unir esforços para poder avançar no desenvolvimento de um plano de vida cinto larga das ações para o povo cinto larga.

Finalizando, então, só pincelar algumas outras ações no campo social e de fortalecimento comunitário que a Funai tem apoiado. Desde 2011, a Funai apoia o projeto de educação para a sustentabilidade dos povos indígenas suruí e cinto larga, saquirabiara, apurinã e aicanãs, que contempla desenvolvimento de ações educativas que favorecem o enfrentamento e a superação de problemas decorrentes do envolvimento das comunidades com práticas nocivas ao meio ambiente, além do uso de álcool e outras drogas.

Bom, o objetivo ainda dessa iniciativa é complementar e orientar a formação de professores indígenas para atuarem como pesquisadores e multiplicadores de práticas sustentáveis, compreendendo a prática educativa relacionada a atividades e projetos de cunho comunitário.

Uma outra ação também que a gente realizou no passado; a gente apoiou, na verdade, uma ação cívico-social em parceria com a Secretaria Especial de Saúde Indígena, com enfoque no atendimento de saúde. Para este ano, nós já estamos planejando um novo apoio numa outra ação cívico-social na região, que inclusive estará voltada para acesso a benefícios, documentação, e também desde 2011 a regional da Funai tem buscado fazer articulações com a Senar para capacitação de indígenas ali na região.

Colocando aqui e olhando para o futuro, porque acho que o nosso enfoque aqui é a gente poder olhar para o futuro e ver como de forma integrada a gente pode avançar. Temos algumas sugestões, que a gente coloca para todos aqui. Uma delas é prosseguir na elaboração participativa e execução de projetos de etnodesenvolvimento embasados nos princípios de sustentabilidade, apoiando as atividades extrativas e as lavouras, assim como fortalecendo os projetos que envolvem as mulheres cinto larga; organizar as oficinas de análise da cadeia de valor e da estratégia de melhoria para a castanha da Amazônia, incluindo as quatro terras indígenas cinto larga; mobilizar parceiros e intensificar os intercâmbios entre as etnias envolvidas na cadeia de valor da castanha; ampliar o acesso a políticas de compras públicas para o programa de aquisição de alimentos e a política nacional de alimentação escolar, em parceria com os governos estaduais e prefeituras, e fortalecimento das atividades junto ao BNDES e o Petrobras Ambiental.

Nesse sentido, o PAA já está... Algumas comunidades já vendem seus produtos ao PAA, mas acho que é uma ação a ser fortalecida, em parceria com Estados, Municípios e Ministérios.

Dar continuidade ao processo de planejamento da gestão ambiental e territorial das terras indígenas cinto larga em Rondônia e Mato Grosso, e, evidentemente, o fortalecimento da Funai sede e da coordenação regional por meio de concurso público, aprovação de plano de carreira e maior dotação orçamentária. Isso é fundamental para a gente poder ter fôlego, e também construção de emendas parlamentares para apoiar as ações voltadas ao povo cinto larga.



Bom, gente, eu teria mais a falar, mas sei que já me estendi, mas quero só reforçar nossa disposição e também a nossa preocupação, evidentemente, com o povo cinto larga, como temos preocupação com todos os povos do Brasil, mas também reforçando e colocando a situação estrutural em que a Funai se encontra. Às vezes, a gente não consegue ter pernas para estar em todos os lugares ao mesmo tempo e nós temos muitas prioridades neste País no que diz respeito à questão indígena, e colocar a abertura da Funai para nós construirmos, enfim, um novo capítulo – vamos colocar assim – nessa história.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito obrigado, Drª Carolina, pelas suas colocações.

Nós, então, entendemos que, junto com a Funai, nós teremos apoio dos demais Ministérios para atuarem nas aldeias indígenas, Drª Carolina, MDA, Agricultura, da Pesca, dos Transportes, aquilo que, dependendo da ação, vai direto com o Ministério afim e já estão tendo orçamento específico para atuar nas questões indígenas. É mais ou menos essa...?

A SRª CAROLINA COMANDULLI – Vou dar um exemplo concreto: a atuação que estamos tendo no Rio Grande do Sul, que é no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria. Há uma ação da Funai junto com o MDA e o MDS, em que este entra com recurso de fomento, atividades produtivas via cartão do Bolsa Família, e o MDA entra com apoio à assistência técnica, um recurso para assistência técnica diferenciada dentro das terras indígenas.

Enfim, a Funai acompanha todo o processo, já que é articuladora da política indigenista. A gente acompanha, ajuda a construir no âmbito regional e ajuda a fazer as capacitações.

Foi lançado esse edital. A Emater do Rio Grande do Sul venceu. E nós estamos contribuindo com o processo de capacitação. E agora cerca de 1.500 famílias indígenas no Rio Grande do Sul serão beneficiadas por esse pacote, serão desenvolvidos projetos específicos para esses núcleos familiares pela Emater do Rio Grande do Sul, com enfoque diferenciado e com o acompanhamento da Funai.

Então, esse é um exemplo de articulação.

A gente costuma acompanhar sempre, estar junto, dando o reforço das nossas unidades regionais e, muitas vezes, a contrapartida dos projetos. Mas a gente tem buscado compor junto a outros órgãos iniciativas de apoio aos povos e às terras indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito obrigado, Drª Carolina.

Nós estamos debatendo, discutindo agora no Senado a criação da Anater (Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural).

Este processo está conosco? A relatoria está conosco.

Anote para verificar se temos, dentro da Anater, a previsão de um departamento ligado ao índio. Se não tiver, teremos que criar dentro da Anater um



departamento que venha dar assistência técnica ao índio, sem termos que repensar lá na frente. Vamos fazer isso agora na criação da Anater.

Anote para que eu não me esqueça.

A SRª CAROLINA COMANDULLI – Somente um esclarecimento, Senador. A discussão da terra indígena já ocorre no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário. E a Funai tem participado dessas discussões também.

Então, a gente tem buscado sensibilizar, nesse campo, sobre a diferenciação das políticas de assistência técnica rural aos povos indígenas.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Passo a palavra ao Deputado Carlos Magno.

O SR. CARLOS MAGNO (PP - RO) – Só para adiantar sobre essa questão da Anater. Vou pedir ao Relator que não altere a matéria, porque vamos entrar no ano político. E o sonho do extensionista é realmente ter uma agência que concentre todas as atividades de assistência técnica e extensão rural neste País e o Governo possa investir mais recursos.

Então, ela abrange todos os níveis de produção e está contemplada. Inclusive há uma emenda do Senador Pedro Simon que está colocando os Municípios como interessados no Conselho de Administração. Houve um convencimento da CNM, do seu Presidente, Paulo Ziulkoski, para desistir e não criar um empecilho com relação a essa questão da assistência técnica.

Primeiro, gostaria de parabenizar o Presidente, Senador Acir Gurgacz, que é do nosso Estado de Rondônia, o qual represento também, ele representando os Senadores e eu os Deputados Federais. Temos a presença do Procurador-Geral da República, Dr. Reginaldo, que é um incansável defensor desse povo cinto-larga, que pegou isso como exemplo para mostrar para o País todo.

Tomara que tenhamos uma Funai nova, sem o cinismo do ex-Presidente, viu, Dr. Reginaldo? Ele fazia isso não era só com procurador, não, porque, nesta Casa, diversas vezes foi aprovado requerimento, tanto no Senado quanto na Câmara, pedindo a presença dele, e ele só vinha cumprindo, a partir do momento em que se convocava o Ministro da Justiça. Ele nunca esteve presente. E o seu cinismo era tão grande! Ele tinha um olhar tão distante como as suas ações à frente desses povos indígenas.

E eu gostaria de dizer aqui, Carolina, que em 2014 e 2015 não adianta discutir as ações da Funai se esta realmente não assumir o seu papel. Não adianta a Funai esvaziada virar uma demarcadora de terras indígenas. E é isso que está acontecendo. Isso não pode ser debitado.

Eu às vezes pago pela minha... sou da base do Governo, voto pela minha consciência, mas tem coisas que não aceito. Está aqui o representante do Ministro Gilberto Carvalho. Se ele estivesse aqui eu diria que o débito não é do povo brasileiro, o débito é da soma dos erros dos governos e do Governo atual, que está deixando no abandono os cinto-larga e os povos deste País, tirando-os de seu *habitat* natural, querendo, com laudos antropológicos muitas vezes



fraudulentos, mudá-los de região. E eles estão retornando às suas origens, como nós temos os povos amandaua, de Mirante da Serra.

Essa capacidade de termos sentado à mesa... Que bom se a reciclagem os funcionários da Funai fosse conhecer a vida desses povos indígenas; sair de seus gabinetes e ir lá conhecer, como nós vamos. O Senador vai às aldeias, o procurador também, para conhecer a realidade desses povos que querem integrar esse mundo diferente, querem cursar o 3º grau, querem produzir.

Eles não querem – como ninguém quer – esse benefício do Bolsa Família. Isso é humilhante para esses povos. Será que o problema dos povos indígenas é terra? Ou área antropizada?

Eu vi, no Rio Grande do Sul, índios embaixo da lona esperando a desocupação de uma área de mais de cem anos, documentada, onde não há um árvore sequer. Para quê? Para arrendar terra? E você vê os povos cinto-larga com área antropizada que não podem trabalhar porque não têm condições. É uma loucura para colocar uma emenda para esses povos poderem trabalhar.

Você vai às comunidades indígenas e eles, na produção de farinha, que é elementar na nossa região, Procurador Reginaldo, não têm segurança alimentar, mas têm qualidade na sua produção! Até os equipamentos são todos de madeira construídos pelos povos indígenas. Querem colocar uma emenda para construir uma fábrica de farinha? é uma loucura!

A produção de peixes que eles têm... O atravessador toma o dinheiro do índio com a maior facilidade, porque ele não tem direito de comercializar o produto direto com o consumidor. Ninguém dá uma nota fiscal para os índios, ninguém dá um reconhecimento do SIE, do SIM ou do SIF, porque a intervenção do branco junto aos povos indígenas, a Funai e o Governo veem isso como uma interferência direta.

Há o roubo de madeira dentro das áreas indígenas. Roubam entre eles, nos latifúndios, e não vão roubar nos povos indígenas? Por que o índio não tem direito de fazer o seu plano de manejo acompanhado pela Funai? A renovação da floresta. A árvore madura precisa sair da mata para que dê condições de reforma da mata, porque a mata madura não produz o carbono necessário. Por que eles não têm o direito de vender e a Funai acompanhar essa questão da comercialização do crédito de carbono?

Agora o Governo pega uma floresta nacional e a licita para madeireiros que têm a sua atividade, porque há madeireiros responsáveis. Tem o madeireiro, tem o cerrador de pau; é preciso saber a diferença. Existem órgãos para fiscalizar isso aí. Por que ele dá a floresta nacional para ser renovada, para explorar o plano de manejo, e não dá para os pobres indígenas? Essa questão do diamante que está aqui, gente! Isso nunca parou de ser explorado lá. Pode formar grupo, pode formar barreira. Isso aqui, o procurador tem sido um denunciante constante dessa prática, do ilícito cometido. Mas por quem? Pelo homem branco. Está certo. Mas esse povo não está ausente das decisões deste País, não. Este povo tem a oportunidade de vir a este Congresso Nacional e representar seu povo, sua classe, por que não tem?



Agora, por que a Funai não volta e restabelece a sua condição?

Eu estou aqui. Olha, eu vou dar informações aqui para vocês e vocês vão ouvir. Vocês estão falando aqui em outros ministérios para dar assistência à saúde, para dar assistência à educação. É esse que é o problema. Pega o dinheiro e põe no caixa. Inventa tanto caminho que, quando chega ao índio, chega a miséria de R\$40 mil para um povo indígena de uma comunidade, de uma aldeia fazer benefícios na sua comunidade. Isso é... Quem coloca um recurso desse são pessoas que não conhecem a realidade dos povos indígenas.

Está aqui Dourados, Mato Grosso do Sul, que foi dito aqui pelo Ministro. Nós temos lá, Senador Acir, procurador e Funai, que talvez não tenham conhecimento. Em Dourados – em Dourados! –, onde está acontecendo um confronto! Porque o que está acontecendo? Quando diz aqui o Ministro Gilberto Carvalho que os povos estão se enfrentando porque não respeitam suas tradições, não é isso. É o papel da Funai que virou um órgão demarcador de terra, que não é... A dívida do índio com relação à terra e as políticas públicas do Governo está escrita na Constituição, é só ler e obedecer.

Onde o índio passou, há 200 anos lá, que quem tem documento, desde que seja um laudo antropológico que tenha veracidade, que tenha assinatura do Governo do Estado, do Município... Porque vocês querem a participação dos Municípios e dos Governos dos Estados, mas, em qualquer reunião que faz, a Funai nunca está presente. Dá vergonha, gente, as estruturas da Funai! Pelo menos no nosso Estado de Rondônia. Vai em Porto Velho, vai no riozinho lá, as estruturas que são destinadas às pessoas que estão trabalhando, os técnicos, os administrativos! Senador Acir, tem tempo de cair em cima dos funcionários!

Não há renovação, não há concurso, não há reciclagem, não há ânimo, não há orçamento. Sabe por quê? O orçamento está aqui; se não está lá para contratar equipes, grupos de demarcação de terras para elaborar laudos, muitas vezes não reais... Entendeu?

Eu vou dizer alguns números, onde está tendo recurso aqui – por isso que não está indo para a Funai. Tem lá, em Dourados, uma missão evangélica Caiuá – é isso? –, Roney Márcio Pessoa, de 2010, tem um convênio de 2009, para a área de saúde, está aqui, Ministério da Saúde: um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, quatorze, quinze, dezesseis, dezessete, dezoito, dezenove, vinte, vinte e três, vinte e quatro convênios. Sabe para quê, Senador? Vinte e quatro convênios de 2011 – tem um aqui só, de 2009 –, não tem nenhum convênio abaixo de R\$15 milhões relacionado aqui. Um total de R\$744 milhões, para uma entidade apenas, para apoiar a execução de ações complementares de ações da saúde aos povos indígenas, incluindo ações de fortalecimento do controle social na saúde indígena, apoio ao processo de educação permanente para trabalhadores de saúde indígena, bem como outras ações. É tudo isso aqui. É quase um bilhão de reais.

Sabe quanto tem pago? Seiscentos e vinte e quatro milhões de reais. Aqui está o dinheiro que falta para eles...



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– É dinheiro da União, Deputado?

O SR. CARLOS MAGNO (PP - RO) – Aqui é tudo do Ministério da Saúde. Isso aqui é só do Ministério da Saúde. É o que a Drª Carolina colocou aqui: os outros Ministérios, eles têm o papel de fazer as políticas públicas do Governo junto aos povos indígenas.

Aí você vai em São Paulo, Florianópolis, tem mais um monte aqui, da Rubens Belfort, da Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, tudo na saúde indígena. Tem mais aqui 393, vai dar em quase R\$300 milhões, lá para São Paulo. Para Florianópolis, também da saúde indígena, está lá, mais R\$51 milhões.

Isso aqui é só para fazer saúde. E de educação? E de social? Entendeu? É isso. É por isso que a Funai está da maneira que está.

Infelizmente, Senador, quando o procurador vem pedir socorro – olha, eu faço parte da discussão lá na Câmara Federal sobre a questão indígena – , quando surgiu o primeiro requerimento na Comissão de Agricultura, eu disse: vamos sentar e buscar um acordo para não virar o Código Florestal que foi no passado, as questões ideológicas sobrepondo as questões técnicas. E está no que está. É pior ainda do que está acontecendo. Eu não vou dizer aqui. Eu sou contra a implantação da 215. Eu sou da Frente Parlamentar da Agropecuária. Eu sou um pequeno produtor, o senhor sabe disso. Eu estou lá para defender o pequeno produtor, da agricultura familiar. Lá não tem, não. O que eu tenho contra esse povo aqui? O que a Frente Parlamentar tem contra esses povos?

O débito deles, a dívida deles está aqui somada, o total, na Constituição. Vamos buscar isso aqui. Vamos respeitar a Constituição e buscar isso aqui.

Eu acho que o foro ideal não é estar, na 215, discutindo questão indígena, direitos do... Ninguém está discutindo aqui os direitos dos indígenas, querendo diminuir os direitos dos povos indígenas. Nós queremos somar e levar uma solução para isso.

Então, é o seguinte: eu continuo dizendo que não adianta querer transferir essa dívida, que não é dos povos, não; é dos governos. Ela vem acumulada, a culpa não é só deste Governo. Mas, com ideologia, do jeito que está se discutindo esse assunto, nós não vamos conhecer a realidade dos povos indígenas deste Brasil. Talvez vocês conheçam no âmbito de gabinete e visitando algumas aldeias. Mas a maioria que tem o papel de decidir, talvez não tenha essa decisão das políticas que têm que ser criadas para o futuro melhor para esses povos.

Dr. Reginaldo, está de parabéns. Eu acho que Rondônia, nós somos lá... Eu não entendo aquilo, e aí eu gostaria, Drª Carolina, de me explicar. Está aqui. Tem tanto coordenador local, regional; o índio de Porto Velho está ligado ao coordenador de Ji-Paraná; o índio de Cacoal está ligado a um coordenador lá de Mato Grosso. É tão distante o poder decisório da dificuldade dos povos que você acaba não encontrando ninguém. Quantas reuniões indígenas que nós fomos lá, e



não tinha uma pessoa da Funai. Por quê? Eu lembro, o Dr. Sérgio não deixava ir. Por mais boa vontade que o técnico tivesse... É Sérgio o nome dele? Ele era de um cinismo tão grande que eu não fiz nem questão de...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Márcio Vieira.

O SR. CARLOS MAGNO (PP - RO) – Eu não fiz nem questão de identificar o nome dele. Só nas reuniões que eu trato desse assunto. Então, doutora, quando o Senador traz uma audiência pública, o esforço que fizeram para trazer seis índios, entendeu? A Funai trouxe tantos aqui a pouco tempo atrás, por que não contribuiu para trazer esse povo que vem mostrar as suas dificuldades? Alguém trouxe, porque ninguém coloca dois mil índios, mil índios, igual invadiram o Congresso Nacional por seus direitos, puseram aqui em Brasília. Trouxeram seis índios aqui com uma dificuldade para dizer as dificuldades que eles vivem lá. Entendeu? Então, nós estamos somados a isso. Estamos somados a isso. O Procurador é testemunha disso. Todas as vezes que somos convocados, se não podemos ir, mandamos um representante para conhecer o problema. Nós estamos dentro das aldeias também conhecendo os problemas. Entendeu?

Aqui tem, na Comissão, essa questão mineral. O Deputado Padre Ton presidiu uma comissão aqui. Viajou a alguns países do mundo, inclusive da América do Sul, que já está bem à frente do Brasil com relação a essa questão mineral dentro das áreas indígenas. Eu não sei a conclusão, ainda não soltaram o parecer final da conclusão do trabalho deles, o relatório final, mas serve de alguma experiência. As experiências estão dando certo lá fora. Eu espero que nós possamos ter uma atenção especial.

Estão aqui os cintas-largas, representando todos os povos indígenas, quase um milhão de índios neste País, que têm seus direitos. Novamente eu digo: está anotado, debitado e somado pela Constituição Brasileira.

Então, essa era a minha participação. E me desculpem um pouco o desabafo, porque quando se fala em um assunto tão... Fala como desabafo. É dessa maneira que eu me manifesto, não tem como. Gostaria que esse recurso aqui tivesse um atalho para chegar à condição de melhorar a vida desse povo. Não fosse dessa maneira, para chegar a beneficiar, porque, pelo dinheiro que tem aqui, viu, Dr. Reginaldo?, pelo dinheiro que os Municípios têm, que os Estados têm para a saúde, os índios eram para estar bem tratados se esse dinheiro chegasse lá nos povos indígenas para atender a necessidade dos povos indígenas, pelo número e volume de recursos que é liberado pelos outros ministérios, que a Funai infelizmente entende ser a saída. Vai continuar sendo ela a marcadora de terra, a determinar as políticas públicas para o índio, mas outros vão executar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Muito obrigado pela sua contribuição, Deputado Carlos Magno, Deputado Federal de Rondônia, aqui representando os demais Deputados Federais do nosso Estado, a Deputada Marinha Raupp, Deputado Ton, Deputado Nilton



Capixaba, Deputado Marcos Rogério, Deputado Amir Lando, Deputado Moreira Mendes. Eu acho que citei todos. E eu aqui representando os Senadores Ivo Narciso e Valdir Raupp. Todos representados por nós, da Bancada de Rondônia.

A intenção nossa, com esta audiência pública, Dr. Reginaldo, senhoras e senhores, é trazer o problema para nós aqui no Senado, para o Congresso Nacional, para que a gente possa dar a nossa parcela de contribuição. Os problemas que existem nas aldeias indígenas nós sabemos em parte, porque acompanhamos, visitamos as aldeias, convivemos com os índios. Mas queríamos trazê-los aqui para que o Brasil inteiro pudesse ouvi-los e saber o que se passa nas aldeias indígenas de Rondônia.

Entendo, Dr^a Carolina, que a questão de nós viabilizarmos o extrativismo é importante para a sobrevivência dos indígenas, embora, Dr. Reginaldo e Deputado Carlos Magno, dependa de nós hoje a regulamentação para a exploração das riquezas das terras indígenas. Está aqui no Congresso. Nós estamos debatendo esse assunto. Faz parte da agenda do Senado e também da agenda da Câmara dos Deputados.

Fica difícil as pessoas entenderem que nós vamos sobreviver da castanha, embora estejamos sobre uma riqueza enorme, no caso dos cintas-largas, a maior jazida de diamantes do mundo, que não pode ser explorada. Nós vamos ter que viver do benefício da castanha se conseguirmos industrializá-la? É uma coisa que, no meu entendimento, Dr. Reginaldo... Depois eu gostaria de ouvir qual a sua opinião com relação a essa regulamentação para que os índios possam explorar as suas riquezas, tanto a questão das árvores, das florestas em pé, que precisam ser substituídas, têm que ser remanejadas, quanto à questão mineral. Nós temos muitos minérios nas reservas indígenas que poderiam, com toda a certeza, dar uma vida muito confortável a todos os índios brasileiros. Agora, não podemos explorar e vamos culpar a quem neste momento? Eu entendo que ao Congresso Nacional, que não delibera sobre essa questão.

Eu, particularmente, quero e trabalho para que haja agilidade com relação a isso, que se autorize essa exploração, dentro de critérios muito bem amarrados, muito bem concatenados, no sentido de que o índio seja o único beneficiário dessa exploração. Nós temos que ter esta garantia de que somente o índio vai ser beneficiado dessa riqueza que é do índio, não é, Marcelo? É uma riqueza que está lá na terra. Então, estamos trabalhando nesse sentido, para que possamos regulamentar e fazer com que os índios possam não apenas viver do extrativismo, mas possam também fazer as suas derrubadas, fazer a aragem de sua terra e também explorar as riquezas minerais que existem nas terras indígenas.

Passo a palavra, agora, ao Marcelo. Pode ser, Marcelo? Vamos ouvir o Marcelo Cinta Larga. Muito obrigado pela sua presença aqui conosco, Marcelo.

O SR. MARCELO CINTA-LARGA – (Saudação em língua indígena.)

Em primeiro lugar, gostaria de saudar todas as autoridades aqui presentes. Gostaria de dizer que estamos nesta Casa porque acreditamos que



aqui estão as autoridades competentes, depois de Deus, que resolvem aqui na terra, que decidem. Por isso que nós estamos aqui, eu acredito, pela segunda vez, neste lugar, pedindo para que as autoridades ouçam a situação que nós enfrentamos desde o contato. Gostaria de dizer também que a gente não sofreu só no contato, mas que aumentou ainda mais o preconceito que a gente recebe de alguns da sociedade não indígena por existir garimpo de diamante em nosso território.

Por isso que nós estamos, aqui, dizendo que não queremos ser melhores do que todo mundo, mas que o Governo Federal nos dê assistência.

Hoje, nós somos massacrados. O massacre, eu acredito, que mudou. No passado, com o Massacre do Paralelo 11, fomos massacrados através de tiro e veneno; hoje, só mudaram de arma. A arma que a sociedade usa hoje para massacrar, extinguir o meu povo, hoje, é o preconceito – algumas mídias de vez em quando nos atropelam – e também alguns recursos que foram liberados através do Governo Federal, como o recurso da repressão, que faz com que hoje grande parte dos índios seja processada. Essa é uma grande preocupação que temos.

Dentro da saúde, a gente ainda sofre muito. Cada ano, nós perdemos nossas lideranças, nossos filhos, nossas comunidades. Mês passado, nós perdemos duas lideranças. Nós estamos em tratamento nos hospitais. Por que a gente continua morrendo? Porque quem está dentro do hospital não morre, é tratado, é curado. Alguma coisa de errado está acontecendo com o povo cinto-larga. Está morrendo.

Nós também queremos educação; queremos que o Governo Federal nos dê assistência na parte da educação; queremos também uma capacitação diversa, para que nós possamos desenvolver um bom trabalho dentro do nosso território.

Muitas pessoas criticam os indígenas dizendo que sempre andam errado. Por isso, nós queremos capacitação urgente para que nós possamos entender e nos capacitar para desenvolver um bom trabalho dentro do nosso território; capacitação diversa.

Nós também gostaríamos de uma assistência na parte agrícola, porque a gente também ouve dizer – não só em relação aos cinto-larga mas também a todos os índios brasileiros – que o índio é preguiçoso. Nada disso!

É uma pena que o nosso machadinho ficou detido na entrada. Eu ia mostrar o machado com que nossos antepassados, nossos pais trabalhavam. Hoje, nós precisamos, nós queremos condições para trabalhar. Nenhum ser humano, mesmo que seja branco, consegue trabalhar sem condições. O antepassado do homem branco trabalhava com machado; hoje, não trabalha mais. Trabalhava com motosserra; não trabalha mais. Hoje, quer máquina para poder desenvolver trabalho, produzir. Nós também podemos produzir para abastecer o mercado, mas nós não recebemos isso.



A maior parte da Funai fala que dá assistência ao índio porque dá assistência a dois, três; facão, machado. Se a Funai não tem essas condições, que o Governo dê condições suficientes para a Funai dar assistência ao índio.

Uma coisa que eu queria também dizer em relação ao que foi dito pela Carolina é que nós não podemos dizer que aquilo que foi demonstrado foi feito para todos os cinto-larga. Todo mundo sabe que o território indígena é dividido entre Rondônia e Mato Grosso, e, como acabou de falar Paulo Roberto, lá na região dele realmente teve investimento, e no nosso local, não. Onde tem essa questão do garimpo, na maioria das vezes a gente é esquecido, porque aquele pessoal de Rondônia não precisa. Por isso que quero dizer isso. Não vamos atender uma parte e dizer que os 100% foram atendidos pela assistência.

Isso que eu gostaria de dizer para as autoridades presentes e também para as autoridades que estão nos ouvindo: nós não queremos o mundo para nós, mas nós queremos apenas o nosso direito; nós queremos que o Governo dê uma assistência. Que não tenham preconceito contra o povo cinto-larga de que o cinto-larga não precisa de projeto e de assistência porque existe um garimpo na terra dele.

Gostaria de também falar um pouco sobre – e não foi uma pergunta diretamente para nós cinto-larga – uma pergunta que o Senador Acir fez em relação à questão da mineração.

Em relação à mineração, nós, cinto-larga, particularmente, somos contra a porcentagem que o Governo oferece: 2%. Nós poderíamos ser a favor da legalização, mas, mesmo depois de legalizado, nós ainda temos medo. O povo indígena brasileiro, com certeza, tem medo. Por quê? Quem vai garantir que nós vamos ter a cultura assegurada?

Então, por isso, eu gostaria de dizer que nós somos contra a legalização em terra indígena por essa questão dos 2%, porque todo mundo sabe que nós não tivemos culpa de chegar aqui primeiro. Nós não queremos ser melhores. Deus sabe disso. Então, eu acredito que nós não queremos 100%, mas que seja um percentual razoável, que seja pelo direito, porque todo mundo sabe que nós somos nativos daqui.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito obrigado, Marcelo Cinto Larga, pelas suas colocações.

Eu quero só comunicar que, lá em Ji-Paraná, nós temos um grupo de pessoas, dos gaviões e dos araras, que estão nos acompanhando pela televisão, assim como em Pimenta Bueno, em Caicó, também deve haver outros cinto-larga que estão nos acompanhando pela TV Senado.

O SR. CARLOS MAGNO (PP - RO) – Que vivem no mesmo abandono, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Claro! E que têm o mesmo problema que os índios cinto-larga.



E completo dizendo que nós estamos aqui debatendo com os cinta-larga, mas representando todos os índios do Brasil, em especial os índios do nosso Estado de Rondônia.

Então, fica aqui o meu abraço aos gaviões, ao araras e às demais tribos indígenas de Rondônia que estão nos acompanhando pela TV Senado.

Passo a palavra, agora, ao Paulo Roberto, que também é um cinta-larga, mas do Estado do Mato Grosso, não é isso Paulo?

Seria bom trocar por causa do microfone, Marcelo.

Muito obrigado.

O Marcelo está aí?

Só para substituir o nome na frente ali, Marcelo, por gentileza.

Obrigado.

Paulo Roberto com a palavra.

O SR. PAULO ROBERTO CINTA-LARGA – Boa tarde a todos aqui presentes. Queria só compor alguma coisa que o Marcelo não pautou. A nossa região em Mato Grosso é Juína. Juína, em Mato Grosso. E a região de Aripuanã, em Mato Grosso também.

Quero falar sobre a situação que a nossa comunidade daquela região passa: muita dificuldade. Como a nossa região é amazônica, hoje a nossa comunidade naquela região está passando muita dificuldade. O trabalho que o Governo Federal vem fazendo não é suficiente para atender nossas necessidades.

Então, os trabalhos que foram feitos quando iniciou a questão do garimpo e da madeira... Através disso só o Governo fez um trabalho para o nosso povo que não foi também da vontade da comunidade, mas foi por ter a dificuldade da madeira e do garimpo. Temos relatado isso, o Dr. Reginaldo, o Ministério Público de Rondônia, vem desde lá em defesa da nossa comunidade brigando para que o nosso direito seja reconhecido.

Então, quero expor aqui as dificuldades pelas quais passamos nas nossas terras. A nossa terra é composta de 2,7 milhões de hectares, uma terra muito grande e muito rica em diversidade e riqueza. Mesmo assim, passamos as dificuldades que temos lá, dificuldades que só nós sabemos, porque, na maioria das vezes, a mídia fala que os cinta-larga são ricos. Mas, na realidade, somos ricos em saúde, em terra. Quanto à riqueza, à tecnologia que existe hoje nós estamos muito frágeis. O Governo e a sociedade criam a tecnologia e enquanto isso somos fracos.

Quero propor ao Governo Federal falar que precisamos de uma economia básica, pelo menos para podermos sobreviver na nossa região. A questão de castanha, de látex, da região de Mato Grosso, hoje mexemos com isso. Mas temos muita dificuldade com isso. A questão da legalização daquilo, da legalização da castanha, do látex, que é seringa, temos essa dificuldade, não temos acesso ao mercado, não temos esse acesso para podermos sobreviver de economia na nossa comunidade. Pelo menos isso, a legalização de castanha, de seringa, se tivesse hoje para nós, poderíamos viver de maneira digna e não só da



assistência do Governo Federal, que não é suficiente, como a realidade de que o Deputado Federal falou.

Aquilo é verdade mesmo que está acontecendo em nossas reservas. Ele citou ali que, muitas vezes, a Funai, o Governo Federal, impede de fazermos alguma coisa dentro na nossa reserva. Pelo menos deveriam legalizar, de forma legal, para fazermos a coisa certa e não fazer da forma como está acontecendo hoje, porque desde 2004, 2003, está acontecendo a exploração de minério ilegal dentro da reserva. Antes disso, em 1990 e 1993, há ilegalidade da madeira e pelo menos faz quase 30 anos a questão da madeira.

Então, se a sociedade e o Governo Federal pensassem em fazer de uma forma legal um plano de manejo dentro da reserva indígena, hoje não estaria acontecendo o que está acontecendo lá. A reserva está cada vez menor, a floresta está acabando. Enquanto o Governo Federal segura essa legislação hoje que não permite explorarmos de forma legal, a floresta está acabando e vai acabar. As riquezas que poderiam ser aproveitadas vão acabar e já estão acabando. Tem riqueza... tanto quanto o minério, tem uma riqueza que é a diversidade de coisas que existe lá e tudo isso está acabando. O madeireiro vai lá, corta uma madeira, corta várias coisas e a mata está acabando.

Então, quero relatar que o Legislativo brasileiro tem que ver isso para os povos indígenas. Não somos só nós que queremos isso, mas tem algumas partes das comunidades que querem isso para todas as comunidades indígenas do Brasil.

Então, é isso que quero falar da preocupação que temos na região. Tentamos fazer as coisas de uma forma legal, mas impedem, não tem uma liberação legal para podermos viver de uma economia básica dentro da nossa reserva. As ações que o Governo cede para as comunidades indígenas não são suficientes para podermos sobreviver na nossa reserva.

Então, é isso que quero dizer. No ano passado, trouxemos para Funai uma carta da comunidade indígena cinta-larga, da região de Mato Grosso; uma carta da comunidade pedindo a legalização do plano de manejo florestal dentro da terra indígena. Então, entregamos para a Funai, na coordenação do CGGAM, para discutir.

Então, discutimos sobre isso e eles alegaram que não tinham a possibilidade de fazer isso. Então, hoje tem alguns procuradores da Funai que estão acompanhando isso e que já encaminharam isso para Funai de Brasília. E na hora os técnicos vão fazer a consulta de onde parou este processo. Então, queremos um apoio dos órgãos presentes para podermos rever isso, tanto na questão mineral, da floresta, como das outras atividades de castanha, de seringa, para que possam ser legalizados para nossa comunidade, porque hoje, em todas as comunidades onde a gente vive, a gente já tem uma organização: as associações.

Hoje a gente está criando as cooperativas também, para que a gente possa tentar. Mas tudo isso, a Funai local, as pessoas que trabalham com a gente estão tentando ajudar, mas é difícil só a gente, sem apoio de outros órgãos, tanto



faz do Município ou do Estado Federal. A gente não consegue fazer isso. Todo mundo sabe que há uma discriminação muito grande com a questão indígena no Brasil. Então, por esse motivo, a gente tenta fazer com que aconteça, mas é muito complicado fazer isso sozinho. Por isso, a gente pede apoio das instituições e do Governo mesmo, para que possam ajudar a gente nessa parte.

A minha colocação é só isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito obrigado, Paulo Roberto, pelas suas colocações.

O SR. CARLOS MAGNO (PP - RO) – Senador, só para me localizar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Pois não, Deputado.

O SR. CARLOS MAGNO (PP - RO) – Paulo Roberto, dos cinta-larga, você está naquela região ali do Rio Branco, no Mato Grosso, seguindo Ji-Paraná? A aldeia de vocês está localizada ali?

O SR. PAULO ROBERTO CINTA-LARGA – É Juína, né?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– É Juína e Aripuanã. Está do outro lado. A área é muito grande, são 2,7 milhões de hectares. É do outro lado.

O SR. CARLOS MAGNO (PP - RO) – Estive numa aldeia lá e não dei conta de chegar, porque meus tempos de Incra ficaram bem atrás. De primeiro, eu andava bem na mata, a idade chegou e perdi o sentido de andar na mata, não tive o acesso. Eu queria só me localizar com relação a isso e fazer uma pergunta, Senador: o senhor lembra de uma aeronave que ficou diversos meses ali, no aeroporto de Ji-Paraná, um avião que ficava parado ali muitos meses, saía, voltava? Um dia, conversando com...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Aquele de que tiravam fotografia?

O SR. CARLOS MAGNO (PP - RO) – É. Aí eu me dirijo à Funai. O que essas organizações não governamentais de âmbito internacional têm de interesse nos povos indígenas, nessas terras? É realmente conhecer como vivem esses povos, ou é conhecer as riquezas naturais para interesses internacionais? Nós estamos muito abertos a isso, estamos numa região de fronteira, e vivemos no dia a dia a questão da segurança nacional. Nosso Procurador, vivemos abertamente à disposição de qualquer intrusão, de qualquer interesse dentro daquela região amazônica. A gente fica, às vezes, preocupado.

Às vezes, um brasileiro tem dificuldade, um Parlamentar, um cidadão tem dificuldade de acessar, um biólogo, tudo, e esse pessoal transita com tanta facilidade dentro dessas áreas indígenas. Eu gostaria de saber também que interesses são esses.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Está certo. Antes de ouvirmos a Funai, passo a palavra ao Dr. Paulo Ribeiro de Santana, do DNPM.



O SR. PAULO RIBEIRO DE SANTANA – Boa tarde a todos. Senador Acir, o DNPM parabeniza V. Ex^a pela iniciativa de trazer ao debate questão tão importante como a questão dos cinto-larga.

O Dr. Sérgio Augusto Dâmaso de Sousa não pôde estar aqui e pediu-me que comparecesse para representá-lo.

O Congresso Nacional, como o senhor sabe, deve ao povo brasileiro a questão da regulamentação das terras indígenas, da mineração em terras indígenas. Essa é uma questão que está há 25 anos sem regulamentação, desde que a Constituição foi promulgada.

Há um projeto de lei que tramitou aqui, em 1995 e 1996, foi para a Câmara em 1996 e até hoje continua tramitando na Câmara dos Deputados. Foi constituída uma comissão especial, como o Deputado Carlos Magno falou. Essa comissão especial já foi desfeita, foi refeita outra comissão especial, e o projeto continua empacado na Câmara dos Deputados. Seria interessante para o Brasil, para os povos indígenas, principalmente para os povos indígenas, que se regulamentasse essa questão.

Eu gostaria de fazer duas ressalvas à palavra do Procurador Reginaldo quando ele fala que o DNPM tem posição dúbia com respeito aos requerimentos de pesquisa.

Procurador, não é uma questão dúbia. O DNPM tem a responsabilidade de registrar, em seus bancos de dados, todos os requerimentos que foram feitos antes da promulgação da Constituição ou pós-Constituição. Não sabemos como a lei vai se comportar com relação a isso, então temos que ter em nossos bancos de dados os registros de todos os requerimentos que foram protocolados no DNPM.

Essa é a fundamentação da existência daqueles requerimentos de que V. S^a falou no nosso banco de dados. Nós não temos só dos cinto-largos; nós temos de todas as 700 terras indígenas existentes no Brasil. Nós temos mais de cinco mil requerimentos sobrestados em nossos bancos de dados. Essa é a fundamentação da existência desses requerimentos lá. Não significa que eles vão sair para a empresa X ou Y. Vai depender da legislação que este Congresso colocar em vigor.

Esse é um registro. Portanto não é uma posição dúbia do DNPM. É uma posição de responsabilidade com a gestão dos bens minerais do Brasil, órgão gestor que nós somos.

Outra questão que eu queria frisar diz respeito aos bens minerais apreendidos.

Pela legislação que criou o DNPM, que instituiu o DNPM como autarquia, em 1994, todos os bens minerais apreendidos no território nacional são receitas do DNPM. Então, não podemos ser lenientes. Onde existir um bem mineral apreendido vamos lá e pegamos, porque é nossa receita. Se não fizermos isso, não cumprimos a nossa responsabilidade.



Nós temos apreensão de esmeraldas, de blocos de granito com 30 toneladas, de diamantes com dois, três quilates, porque isso faz parte da receita do DNPM, instituída por lei votada neste Congresso Nacional.

São essas as considerações que eu gostaria de fazer, ressaltando a...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– E qual é o destino dessas apreensões?

O SR. PAULO RIBEIRO DE SANTANA – Leilão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Leilão?

O SR. PAULO RIBEIRO DE SANTANA – Leilão público, transformado em receita para o DNPM.

Nesse momento, estamos preparando alguns leilões para lançar. Normalmente esses leilões, principalmente de gemas, como é o caso de diamantes e de esmeraldas, são feitos pela Caixa Econômica Federal com quem temos um contrato.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito obrigado ao Dr. Paulo.

DNPM quer dizer Departamento Nacional de Produção Mineral.

Como estamos ao vivo, algumas pessoas podem não conhecer o DNPM. Então é Departamento Nacional de Produção Mineral.

Antes de passar a palavra novamente à Carolina, eu pergunto o seguinte: existe uma regulamentação pela qual o índio possa comercializar o extrativismo, possa fazer plano de manejo? Qual é a posição da Funai com relação a isso? Qual é a legislação e a opinião da Funai?

A SRª CAROLINA COMANDULLI – Como eu havia colocado anteriormente, realmente, nessa nova perspectiva – inclusive mencionei a Coordenação de Geração de Renda – mesmo para a extração sustentável de alguns recursos do interior das terras indígenas, há necessidade de regulamentação. Inclusive criar marcas indígenas, criar marcas coletivas, tudo isso são questões contemporâneas com que a gente vem trabalhando.

É importante ressaltar que as terras indígenas são áreas protegidas. São áreas da União, no entanto o usufruto exclusivo é dos indígenas. E, por serem áreas protegidas, toda e qualquer normativa para usufruto dos recursos naturais para fins de comercialização...

Como é de usufruto exclusivo, os indígenas podem utilizar para sua subsistência os recursos no interior das terras indígenas. Agora, na perspectiva da comercialização, estamos numa outra etapa. Na etapa que está vinculada a essa questão da autonomia dos povos indígenas e do desenvolvimento sustentável, o beneficiamento, a comercialização de uma série de produtos, ainda que extraídos de forma sustentável, precisa seguir normativas, algumas das quais inclusive ainda estão sendo trabalhadas.



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Plano de manejo, por exemplo, é possível?

A SRª CAROLINA COMANDULLI – Plano de manejo, neste momento, ainda não é possível, mas é uma das questões com que temos trabalhado – não o plano de manejo empresarial, mas o plano de manejo comunitário. É uma das questões também a serem trabalhadas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– E como o senhor ouviu o Paulo Roberto, se não regularizarmos e deixarmos que os índios explorem essas riquezas e renovem as suas florestas, elas vão acabar, porque não se consegue proteger, por meio de fiscais, toda a reserva. As pessoas estão entrando na floresta, derrubando e comercializando essa madeira, enquanto os índios não podem fazer nada.

É só para termos esse parâmetro. Entendo que temos que achar uma solução para isso, fazer com que os índios possam comercializar um produto que está na sua terra, às vezes até colocando uma serraria dentro da aldeia, de propriedade dos índios. Por que não?

A SRª CAROLINA COMANDULLI – Na verdade, inúmeros são os desafios que olham para possíveis usos de recursos naturais no interior das terras indígenas de forma sustentável. Essa é uma questão relativa a vários produtos e subprodutos, e é necessário um esforço que não é só da Funai, porque envolve Ibama e outros órgãos que precisam ser consultados.

No entanto, também tenho uma preocupação no dia de hoje, considerando o objeto desta audiência, que é pensar alternativas econômicas. Eu me preocupo hoje mais porque podemos levantar inúmeras questões polêmicas em relação a vários temas que foram mencionados aqui, mas é importante que possamos pensar, dadas as condições e a legislação que deve ser respeitada por todos nós, o que hoje, aqui presentes, podemos fazer pelo povo cinto-larga. Inclusive estivemos reunidos com os cintas-largas antes da audiência, quando eles colocaram que já têm uma série de propostas de desenvolvimento sustentável em suas terras, propostas que carecem de apoio. Então, também tentamos trazer isso para o espírito desta audiência.

Além de levantar as questões que podem trazer alternativas no médio e no longo prazo, é importante sair daqui pensando que podemos, todos nós, contribuir com as propostas que o povo cinto-larga já tem desenhadas.

Nesse sentido, antes que eu me delongue e faça outros comentários, seria importante ouvir a palavra do Bruno, que é o nosso servidor da Coordenação Regional de Cacoal. Ele é um servidor que faz parte do grupo de servidores que foram admitidos na Funai, no ano de 2010. Fazia 25 anos que a Funai não tinha concurso, e no ano de 2010 houve o ingresso de cerca de 400 novos servidores. A grande maioria desses novos servidores “vive” dentro das aldeias, entre aspas, mas estão constantemente dentro das aldeias, assim como as pessoas que trabalham nas nossas coordenações regionais. O Bruno é um exemplo disso. Então, seria interessante que ele colocasse um pouco da sua experiência com a



terra indígena, enfim, da própria relação com da Funai com os cintas-largas localmente.

O SR. CARLOS MAGNO (PP – RO) – Senador, antes de o Bruno falar, eu só gostaria de falar o seguinte: estão debitando muito para o Congresso, para a Câmara Federal. A verdade é a seguinte: essa discussão já tivemos na CNBB, conversando sobre essa questão indígena. Na semana passada ou retrasada, tivemos uma reunião com o Presidente da Câmara, com representantes de todos os partidos, inclusive do Partido dos Trabalhadores, com o Procurador-Geral da República, esse novo Procurador, com a Drª Déborah, que é *expert* na questão indígena, com o Ministro da Justiça, o Presidente da Câmara e alguns Parlamentares. Por exemplo, é tanta, tanta...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Mas está avançando na negociação? Podemos votar?

O SR. CARLOS MAGNO (PP – RO) – Não está avançando, porque é o seguinte: chegou à discussão ideológica: “ah, eu não vou participar lá estão defendendo o latifúndio, lá querem tomar a terra do índio, lá não querem dar a terra para o índio.” Inclusive virou uma história de terra, terra, terra... E o índio continua morrendo em suas dificuldades nas aldeias. Essa discussão está aqui. Sobre a questão mineral, faço um pergunta, porque o governo, quando quer, é rápido.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Bastava uma medida provisória.

O SR. CARLOS MAGNO (PP – RO) – O governo tem vontade que essa exploração mineral aconteça dentro das terras indígenas. Tem?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS MAGNO (PP – RO) – Tudo bem então. Então, o governo tem? Então, se tiver, em 48 horas, resolve. Infelizmente, essa relação promiscua que há – desculpe o termo – entre o Congresso, quem é que legisla, e o Executivo, é dessa forma. Há uma tal de emenda que acaba com nós todos aqui dentro, já devia ter acabado aqui dentro.

Faço uma pergunta aqui. Vão eles conseguir um talão de nota de produtor para comercializar o seu produto. Pergunte a eles a burocracia que eles vão ter que enfrentar para conseguir esse documento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Mas tem que ter o apoio da Funai, eles têm que participar, eles têm que estar junto com eles.

O SR. CARLOS MAGNO (PP – RO) – Mas se não houver essa discussão todinha, viu Senador, se a Funai não vier desarmada, se a frente parlamentar, que seja o Congresso Nacional – essa coisa está mais na mídia do que aqui dentro deste Congresso brasileiro – não discutir... Tem tanta gente querendo resolver esse problema. O Governo tem que vir para soltarmos uma proposta porque a questão da regulamentação da exploração dos recursos naturais, a destinação do que foi apreendido...



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– isso é regulamentação nossa aqui, temos que fazer, e já foi votado no Senado. O Senado aprovou essa lei, Deputado.

O SR. CARLOS MAGNO (PP – RO) – É, mas temos que fazer, temos que trazer qual a discussão mais...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Agora a Câmara precisa votar. Tem que votar,

O SR. CARLOS MAGNO (PP – RO) – E a Câmara funciona sob o vapor do Governo, do Executivo. Infelizmente, tenho que dizer isso aqui, essa que é a verdade. Então, lá e aqui, o Congresso Nacional como um todo...

Precisamos levar isso, um debate dentro das questões técnicas.

Procurei uma diretoria agora para colocar as emendas. Fui bem recebido. Há uma boa vontade com relação a isso, de facilitar a relação de colocarmos recursos dentro das comunidades indígenas para desenvolver a sua sobrevivência.

Senador deixe-me contar só uma história.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Nós estamos com o nosso tempo, eu preciso ouvir o Bruno...

O SR. CARLOS MAGNO (PP – RO) – Mas vou só contar aqui para o senhor. Para se ter o perfil da reforma agrária, você tem que ser analfabeto e pobre, você não pode ser inteligente e crescer. Por quê? Porque você não pode ser professor dentro de comunidade, você não pode estudar, virar professor, porque, senão, perde o perfil da reforma agrária.

Eu tenho um documento que Incra mandou para esse cidadão proprietário dizendo que ele não podia ser mais proprietário, que tinha que devolver a terra. Ele sabe disso. Porque isso ainda é dos tempos do Estatuto da Terra, e o povo indígena está sofrendo essas consequências.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Muito obrigado, Deputado.

Então vamos ouvir o Bruno.

Enquanto o Bruno troca de lugar, vamos ouvir o Dr. Guilherme Rocha, que é Procurador da República em Vilhena.

Muito obrigado, pela sua presença aqui conosco, Dr. Guilherme.

O SR. GUILHERME ROCHA GÖPFERT – Sou que agradeço Excelência. Agradeço a presença de todos e a oportunidade. Cumprimento a todos que estão nos assistindo e gostaria somente de pontuar aqui uma questão que surge: as terras indígenas, se observamos que hoje todos temos acesso à ferramenta GoogleEarth, coincidentemente as únicas áreas hoje preservadas de florestas no Estado de Rondônia ou quase as únicas áreas são ainda as terras indígenas.

Isso não é por acaso. Então, sabemos que a forma com que o povo indígena se relaciona com a natureza, a forma deles propicia mesmo essa conservação. É claro que deve, sim, haver uma atualização, uma



contextualização, uma legislação com relação a isso, mas só queria manifestar a minha preocupação. Se me permite, vou ler o §1º do art. 231 da Constituição:

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

O que eu quero dizer com isso? Que, ao vislumbrar práticas de atividades econômicas pelos indígenas, se deve sempre contar com apoio da Funai, que exerce um trabalho importantíssimo nesse ponto, e deve haver, de acordo com a Convenção 69 da OIT, consentimento esclarecido dos impactos. Em outras palavras e sendo bem claro: se, por exemplo, arrendando-se terras como já aconteceu em algumas outras regiões do país, fazendo-se cortes rasos de terras com criação de gado, enfim, até que ponto isso vai contribuir para a reprodução cultural desses índios? Até que ponto a comunidade vai ganhar com isso?

Então, faço um apelo aqui em nome da preservação do meio ambiente. Atuando no Estado de Rondônia, que é infelizmente um dos Estados que mais desmatou a Floresta Amazônica nesses últimos anos – agora já está grande parte já desmatada –: que a gente possa e que a população brasileira possa nos apoiar no sentido de preservarmos a Floresta Amazônica, que é um patrimônio da humanidade. É claro que a gente não tem nada contra, e só a favor, as atividades agropecuárias, as atividades de agricultura, mas que sejam feitas de forma sustentável.

Não é possível que, em pleno Século XXI, continuemos com cortes rasos, que continuemos fazendo da natureza o que está se fazendo hoje em Rondônia. Então segue esse meu apelo.

Parabenizo todas as propostas que estão sendo feitas aqui, neste momento que é muito importante, mas que tenhamos olhos atentos e possamos garantir esse meio ambiente para as gerações futuras.

O que estamos fazendo aqui hoje, não só pela preservação da cultura dos próprios indígenas, mas para a preservação do meio ambiente, vai ficar para a história da humanidade. Temos a responsabilidade enorme de ser um país que tem a maior Floresta Amazônica do mundo e temos comunidades que têm – quem conhece, como eu já tive oportunidade de visitar uma aldeia indígena, sabe – culturas lindas, culturas sutis, algo totalmente diferente de uma realidade que a gente está acostumado a viver.

Então, que a gente possa ter a inteligência, nas nossas leis, de saber ter desenvolvimento econômico, preservando esse bem tão precioso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Nós temos um Código Florestal, e, dentro desse Código Florestal, está bem claro



o que se pode e o que não se pode fazer nas nossas terras brasileiras e nas nossas terras em Rondônia. Nós temos que cuidar do meio ambiente, mas não nos esquecermos de produzir. Precisamos de produção, de produzir alimentos, e há uma legislação clara com relação a isso, inclusive com plano de manejo. Ele é autorizado. Não é um desmatamento a bel-prazer, mas um plano de manejo sustentável é importante inclusive para manter a floresta. As árvores maduras têm que ser cortadas e vão ser substituídas pelas árvores novas, que vão produzir mais oxigênio para o planeta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Claro, por favor.

O SR. GUILHERME ROCHA GÖPFERT – Só com relação à questão de planos com manejo: atuamos nessas áreas de crimes ambientais diuturnamente. Isso não é novidade. E há uma grande dificuldade na lei. Realmente quem observa a lei vê que está muito bem estruturada, mas a fiscalização, se considerarmos o número de fiscais, por exemplo, da Sedam, veremos que é muito reduzido pela extensão de Rondônia, pouquíssima fiscalização. Não é à toa que temos inúmeras condenações por fraudes e planos de manejo, por extração ilegal em terras indígenas, todas elas esquentadas com notas que, a princípio, saíam do plano de manejo. Há também condenações transitadas em julgado, ou seja, não estou falando aqui levianamente.

Então, a gente pede o apoio não só da legislação – como muito bem V. Ex^a mencionou, já temos uma legislação – mas também que o Poder Executivo fiscalize o cumprimento dessa legislação. Senão, teremos no papel uma legislação linda, que permite realmente esse desenvolvimento econômico, mas, na prática, um desmatamento a céu aberto e corte raso que não respeita a fiscalização, e não há fiscalização.

Então, que possamos implementar também com o Poder Executivo.

Seria essa isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Agradeço o Dr. Guilherme pelas suas colocações. Vamos ouvir, então, o Bruno de Lima e Silva. Já faço uma pergunta para o Bruno e também para a Carolina depois.

Nós já tivemos vários debates acerca desse tema, o Dr. Reginaldo já promoveu várias reuniões e também elaborou vários documentos com relação a sugestões de como podemos fazer com que os índios cintas-largas e também os índios gaviões, araras, suruí, zorós, enfim, todos os índios possam ter uma vida melhor.

Qual é a posição da Funai com relação a essas sugestões e a esses documentos? Esse documento, em especial, já foi destinado à Funai, a Funai já teve acesso, já deve ter lido e feito reuniões a respeito dessas sugestões que o Dr. Reginaldo, juntamente com os demais, propôs para as questões indígenas em Rondônia.



O SR. BRUNO DE LIMA E SILVA – Boa tarde, meu nome é Bruno, sou Coordenador Regional substituto da Coordenação Regional de Cacoal, em Rondônia, e, antes de responder algumas indagações, quero parabenizar a iniciativa do Senador Acir Gurgacz e do Dr. Reginaldo Trindade desta audiência pública, que surgiu através da criação do Grupo Clamor. Acho que vim trazer aqui um pouco da perspectiva do que está acontecendo na ponta, do calor, regionalizado, e nunca se vence uma guerra lutando sozinho. A Funai não é Funai Cacoal ou Funai Sede; a Funai é uma só e com certeza as ações que a gente consegue implementar dentro das aldeias é com essa articulação com a nossa sede, obviamente.

Nós temos a dificuldade, que foi citada aqui, em todos os níveis, de estrutura, de pessoal, de orçamento, mas, mesmo assim, existe, sim, a Funai, apesar da falta de recursos humanos, da necessidade de abrir novas vagas para os concursos, até porque a gente está à beira de um colapso; estão começando as aposentadorias e, daqui a dois anos, se não houver um inchaço, se não colocarem mais pessoas dentro da instituição, realmente a gente vai ficar sem condições de trabalho. Mas, mesmo assim, eu gostaria de dizer que existem, sim – o Deputado estava falando do concurso de 2010, do pessoal que deveria conhecer as aldeias – pessoas, recursos humanos que estão lá, que estão na batalha, que estão no dia a dia, realizando reuniões cotidianas nas aldeias, com temas polêmicos.

Nós temos aqui exemplos, que estamos ouvindo, o Renildo e o Bernardo, que também são da Funai, do concurso de 2010, e trabalharam também na ponta - o Renildo, junto com os cintas-largas, em Cacoal. Somos pessoas que estamos buscando soluções para a nossa política indigenista, com sangue na veia para que a gente consiga melhor condição para as comunidades indígenas, melhor condição para a Funai.

E, para isso, vou ratificar as palavras colocadas pela Diretora e pelos indígenas sobre a necessidade de parcerias. Não podemos fazer sempre frente, um embate Funai contra alguém. Temos realmente que buscar soluções no diálogo, que é este espaço aberto aqui. A Funai tem que ocupar esses espaços, e a gente está buscando diálogo no sentido de atender e melhorar as condições das comunidades indígenas.

Estamos lá na ponta, vivendo o dia a dia, e sabemos dessas dificuldades. Não nos furtamos a conversar com os indígenas, de nos atualizarmos sobre a política indigenista nacional, sobre o que está acontecendo. E a gente conseguiu hoje ter um diálogo aberto com essas comunidades, com transparência em nossas ações, trazendo o indígena também para o debate. E aí quero dizer que o Dr. Reginaldo é prova disto, ou seja, de que a gente tem estado presente em todas; quando não podemos, justificamos, mas, desde que começou esse diálogo e essa aproximação com o Ministério Público, temos estado presentes nessas audiências do Grupo Clamor. Inclusive sou membro de uma das comissões, a Comissão de Emergência, por estar ligado à ponta. Então, temos feito um esforço.



Quero reforçar que os indígenas que aqui estão vieram pela Funai, com recursos da Funai: passagens aéreas e auxílio financeiro. Apenas dois indígenas, o Marcelo e o Júnior vieram com passagens de uma ONG, a Kanindê, mas o auxílio financeiro também foi pago pela Funai. Houve, portanto, esforço, houve uma preocupação muito grande da Funai em trazer os indígenas e de fazer-se representar também aqui nesta audiência pública.

Inclusive, após esta audiência pública, já temos uma reunião marcada com a Presidência da Funai, justamente com essa preocupação, porque não é todo dia que o povo cinto-larga pode estar presente – são mais de 2 mil quilômetros – para discutir essa problemática da comunidade.

Houve esse esforço, apesar do contingenciamento que está nos assolando. Estamos numa situação em que não temos diárias e passagem aérea; e, mesmo assim, com esforço das diretorias e da presidência, consideramos importante e conseguimos. Buscamos vários parceiros também. Foi muito em cima da hora, não conseguimos trazer mais indígenas. Tentamos algumas soluções, vir de ônibus, mas a comitiva não teria como chegar a tempo hábil. Três indígenas que viriam também não conseguiram embarcar, uma das lideranças mais fortes do povo cinto-larga, que é o João Bravo. Foi uma pena, mas é isso.

Estamos convivendo lá na ponta da linha todo dia, encarando com transparência, discutindo, ouvindo a comunidade, não tomando decisões unilateralmente de empurrar goela abaixo dos indígenas as coisas da Funai. A gente tem, sim, trazido os indígenas para o debate, e, na medida do possível, estaremos apoiando essas audiências, reforçando a presença dos indígenas e da Funai para que possamos ter esse espaço de debate e esse diálogo.

Acho que é isso.

Para falar de sustentabilidade agora, sobre a pergunta do Senador.

Temos lá na regional, na divisão do bolo, para sustentabilidade, para projetos de etnodesenvolvimento, R\$280 mil para a regional de Cacoal, para 60 aldeias, para o ano. Realmente não conseguimos emplacar projetos que vão substituir o diamante e a madeira. Mesmo assim, temos feito esforços, a sede tem conseguido algumas respostas às necessidades da regional para conseguirmos emplacar os projetos. Mas, de toda forma, eles ainda são ínfimos. Deveria haver um fortalecimento da instituição Funai como um todo e um fortalecimento dessas parcerias, porque, com vontade política, a gente faz as coisas. Só que não poderia ser vontade política, a gente tem que pensar em todos os níveis. Como a Carolina falou, a diretora, vontade política hoje para a gente conseguir fazer encaminhamentos de como buscar essas parcerias de recursos e de realmente nos envolvermos no dia a dia, com a vida da comunidade lá na ponta, que é o meu caso.

Então, vou dar um exemplo do que aconteceu na última audiência pública. A gente sabe das dificuldades da Funai, mas eu falei que temos algumas soluções de recursos, uma delas é o tal do ICMS Ecológico, a que todos os Municípios com terras indígenas fazem jus, que é um recurso bom. A Funai tem buscado parceria em alguns Municípios, tem conseguido êxito em alguns; em



outros, não. Mas, apesar de não ser vinculante o retorno desse recurso para as comunidades indígenas, já que a gente pensa em parceria, soubemos até buscar essas alternativas, de que parte do ICMS Ecológico fosse revertida para quem realmente está ali dentro da reserva, cuidando da reserva.

A minha fala é mais nesse sentido mesmo, sou guerreiro de ponta.

A Funai era dividida em 36 coordenações regionais. Lá, em Rondônia, tem a coordenação de Cacoal, que estou representando, tem a coordenação regional de Ji-Paraná. Na questão dos cintas-largas, há no Mato Grosso a coordenação regional de Juina, cujo coordenador não pôde vir

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Em Rondônia, temos duas?

O SR. BRUNO DE LIMA E SILVA – Temos duas coordenações regionais.

E, dentro das coordenações regionais, existem as coordenações técnicas locais, que são as que ainda estão em fase de implementação, nessa estruturação, mas são as que estariam mais presentes no dia a dia da aldeia, mais próximas da realidade. Mas a gente ainda está carecendo de implementação de uma estruturação maior nesse nível.

Então, a Funai tem 36 regionais e, lá em Rondônia, nós temos duas: Ji-Paraná e Cacoal.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito obrigado, Bruno.

Dr^a Carolina, gostaria de fazer algumas colocações?

A SR^a CAROLINA COMANDULLI – Só uma rápida complementação.

Em resposta ao Deputado Carlos Magno, de modo que a gente não trate de outras coisas aqui, mas a Funai realmente está aberta ao diálogo.

Gostaria de me colocar à disposição para tirarmos dúvidas, detalhar sobre a estrutura atual da Funai, sobre a questão das ONGs, que é uma pauta bastante complexa. Não é assim: qual é o interesse das ONGs? Na verdade, existem muitos cenários e muitas situações.

Então, deixo a Funai à disposição para o diálogo.

E, finalmente, gostaria de reforçar esse apelo para que a gente consiga pensar ações articuladas, desde já, que vão ao encontro de propostas que já estão colocadas pelos cintas-largas, que já foram apresentadas pelo MPF, que já foram sistematizadas em diversos grupos. Como podemos avançar nesse sentido e enfatizar no que diz respeito à regulamentação de atividades sustentáveis dentro das terras indígenas? Realmente temos que ter muito cuidado, muita responsabilidade, considerando o caráter de áreas protegidas das terras indígenas e que os povos indígenas sempre devem ser ouvidos nesses processos.

Nós aqui estamos tratando do povo cinta-larga, mas qualquer regulamentação vai afetar e vai se aplicar a outros povos indígenas no País. E nós temos mais de trezentos povos e mais de setecentas terras indígenas. Então, é



importante ouvir as diferentes perspectivas e ouvir os anseios dos próprios povos indígenas, que, muitas vezes, estão pautados numa lógica bastante diferente da nossa, com valores bastante diferentes, com outros planos de vida, outros projetos de futuro.

Então, era isso que gostaria de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito obrigado, Dr^a Carolina, pelas suas colocações.

Dr. Reginaldo, senhoras e senhores, entendo que essas reuniões são muito importantes, essas audiências públicas têm uma importância grande, mas entendo que temos que ter um encaminhamento no final. Não podemos ficar aqui conversando, dando as nossas opiniões e não darmos um passo a frente.

Estivemos em Porto Velho que resultou nesta audiência pública. Tivemos a satisfação de ter em nosso meio o Ministro Gilberto Carvalho, que tem um amplo conhecimento das aldeias indígenas brasileiras, dando a sua contribuição e que pôde ouvir e ver, através do filme, a realidade da aldeia Cinta Larga, que não é diferente dos gaviões, dos ararás que estão nos assistindo em Ji-Paraná.

Concluindo, aqui vamos fazer uma carta, encaminhando sugestões ao Ministério da Justiça e também à Secretaria-Geral da Presidência da República. Vou elaborar um documento, que vamos votar aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, dando sugestões. E vamos extrair desse documento a nossa carta que vou colocar em apreciação. Vou pedir também para o Senador Raupp, o Senador Ivo para que subscrevam conosco, que já antecipadamente se colocaram à disposição para nos apoiar.

Então, gostaria de ouvir do Dr. Reginaldo se tem alguma sugestão específica para que possamos colocar nessa carta, que chegará ao Ministro da Justiça e, por consequência, à Funai, à Polícia Federal e também à Presidenta Dilma Rousseff.

O SR. REGINALDO PEREIRA DA TRINDADE – Temos mesmo que ter encaminhamentos concretos, porque esses índios não aguentam mais reuniões, estão criando verdadeiro pavor, porque se discute, discute e não se avança em nada.

Eu acredito que uma das nossas grandes dificuldades é a invisibilidade da questão cinta-larga. Eles estão invisíveis porque não conseguimos acessar o Governo Federal. Apesar do nosso discurso vigoroso, a nossa pretensão ainda é de nos aproximar. Nós não queremos guerrear com o Governo Federal, queremos nos aproximar dele.

Então, se V. Ex^a puder, deixe claro nessa carta que o Ministério Público Federal é parceiro, que queremos discutir todas essas questões com o Governo. E, além dessa carta, se o Senado Federal puder nos ajudar a abrir as portas do Governo, essa audiência pública já terá contribuído de forma inestimável para a problemática cinta-larga, porque não será aqui, em uma única tarde, que vamos discutir tantas e tão diversas questões indígenas, envolvendo saúde, educação, mineração, meio ambiente, a questão da Funai, a questão da Polícia



Federal. Então, não tem a mínima condição discutirmos esse assunto com profundidade.

Enxergo essa audiência pública como um marco divisor entre agora e a forma como o Governo vinha atuando até então, com indiferença e nos fechando as portas. Se, a partir de agora, essas portas começarem a ser abertas para termos ocasião de discutir no Ministério da Justiça, no Ministério do Meio Ambiente, no DNPM, na Secretaria de Direitos Humanos, enfim, em todas as pastas e agências do Governo, consideramos já que a audiência pública foi absolutamente exitosa.

Se V. Ex^a me permitir, gostaria de manifestar...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– O que nós vamos fazer é um documento, através da nossa assessoria técnica, que se chama Documento de Indicação de Providência. É a forma regimental e é assim que se chama.

Nós vamos apresentar na próxima reunião e vamos votar na Comissão para que chegue às mãos da Presidenta Dilma, por intermédio do nosso Ministro Gilberto Carvalho.

Dia 24, próxima quinta-feira, o Ministro da Justiça estará aqui na nossa Comissão para debater a questão das terras indígenas, os conflitos agrários que estamos tendo no Brasil. Esse tema será debatido. Não vamos misturar as coisas, porque é um tema muito mais abrangente, muito pior do que este que estamos debatendo hoje.

O SR. CARLOS MAGNO (PP - RO) – Senador só para fazer uma observação acerca dessa carta. Estão discutindo o marco regulatório, que eu chamo da mineração, porque nunca vi tanto mineiro. Entrei lá representando Rondônia. E aí me perguntaram a minha origem. E eu fui obrigado a dizer que sou mineiro também. Então, é o marco regulatório que se está discutindo, e a questão indígena está fora.

E é um projeto do Governo Federal que veio para a Câmara. Foi criada uma comissão, que deveria aproveitado a oportunidade... Olha lá, já está balançando a cabeça que não.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– ...há uma ligação superior a essa. A questão é essa. Tem que se mudar a Constituição para se autorizar. Tem que mudar a Constituição, Deputado, e V. Ex^a sabe muito bem disso, para autorizar a exploração das terras indígenas.

O SR. CARLOS MAGNO (PP - RO) – Quando o Governo quer, muda-se rápido. O marco regulatório vai demorar muito ainda.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito bem.

Dr. Reginaldo com a palavra.

O SR. REGINALDO PEREIRA DA TRINDADE – Gostaria de agradecer mais uma vez imensamente a diligência, a boa vontade do Senador Acir Gurgacz, que fez a proposição e conseguiu emplacar essa audiência pública aqui no Senado. Isso foi muito importante.



Nós ficamos aí, nós estamos esperando há dois ou três anos, tentando emplacar uma audiência pública aqui no Senado, para começar a romper esse problema da invisibilidade do povo cinto-larga.

Então, agradecemos imensamente a V. Ex^a.

Nós pinçamos aqui algumas coisas, vou ser bem breve mesmo, em relação à questão da Funai, Dr^a Carolina.

Nós concordamos, sim, em que muitas coisas que elencamos estão muito acima da governança e até da responsabilidade da Funai. Mas enxergamos a Funai como gerente de um processo de mudança. É a Funai que tem que colocar as questões indígenas debaixo do braço e sair de porta em porta, de pasta em pasta, de agência em agência do Governo, para resolver as questões indígenas ou amenizar as questões indígenas. E, para isso, a Funai tem que ter condições, tem que ter pessoal, tem que ter recurso. Não dá para fingir que está fazendo uma política correta, uma política indigenista correta no País. Tem que ter condições realmente de trabalho na Funai.

Insisto em dizer: é a Funai que tem que gerenciar esse processo de mudança e, para isso, ela precisa de condições. E eu gostaria que levasse, por favor, essa mensagem à Presidente da Funai: não somos inimigos. O Ministério Público Federal não é inimigo, ele é parceiro. Nós consideramos que estamos jogando no mesmo time: nós, a Funai e as comunidades indígenas. Então, todos nós buscamos o mesmo objeto. O nosso interesse não é contrapor. O nosso interesse é convergente.

Então, apesar do vigor e da paixão do nosso discurso, temos muito interesse em nos aproximar da Funai e de, realmente, construir uma nova história para esses índios.

A questão da viagem, de fato, é bom que se deixe claro que boa parte dos índios, quase todos os índios que estão aqui vieram mesmo com recursos da Funai. Mas a senhora sabe, o Bruno sabe, o Aloísio sabe as montanhas que tiveram que ser movidas para trazer esses índios para cá. Então, não dá para a gente ficar dependendo do talento e de sacrifício pessoal. As coisas precisam caminhar mais naturalmente. Portanto, não dá para depender, em cada evento que fizermos, do Bruno se matar e ligar para Deus e o mundo, ficar trabalhando até altas horas para conseguir isso. As coisas têm que acontecer mais naturalmente. E as coisas não acontecem mais naturalmente por causa da falta de condição. Compartilhamos desse sofrimento da Funai, nós sabemos disso. E nós estamos para ajudar, para ajudar nesse esforço.

A questão da política opressora – e, infelizmente, o Ministro não pôde ficar – foi o que realmente causou espécie ao Ministro. Essa política opressora a que me refiro, gente, está aí na recomendação direta que foi remetida ao Ministro da Justiça, a partir da página 56 do material que foi passado para vocês.

Ela é opressora, e nós assim a consideramos. Por quê? Porque ela é uma política – estou me referindo àquele gasto de R\$7 milhões por ano, mais ou



menos, com atividades repressoras e bem menos de 10% disso com atividades protetivas. Então, há essa disparidade extrema.

Primeiro, ela não coíbe a exploração de diamantes. O garimpo funciona continua funcionando. Portanto, o papel desse grupo que é capitaneado pela Polícia Federal já não está sendo cumprido. E além de ele não estar se desincumbindo bem dessa missão, o que eles mais conseguem, Dr^a Carolina, é constranger os índios. Porque qual é o grande papel dessa Operação Roosevelt, da Força Tarefa Roosevelt? São as barreiras. E as barreiras constroem quem? Os índios, que têm que entrar e sair diariamente das terras deles. É como se nós, para entrarmos e sairmos de nossas casas, tivéssemos que passar por uma revista ou nos submetermos a uma abordagem. É claro que essa situação amenizou muito. Antes, essa questão era terrível. Essa questão das barreiras amenizou muito ultimamente, mas isso é fato. E a polícia Federal precisa ir muito além disso, precisa ir muito além de constranger índios e pequenos garimpeiros. Ela tem que mirar no crime organizado, tem que mirar em ações de inteligência, para prender quem está patrocinando esse garimpo.

Acera da preferência, defendo que tem que haver, sim, uma prioridade da questão cinta-larga, Mas eu não defendo isso, senhores. Em momento algum, eu disse que a questão cinta-larga deve ser a única a ser tratada pela Funai. Temos 300 povos. Eu tenho certeza de que está correta a Funai em tentar ajudar todos os povos indígenas do País. Agora, só não dá para fazer isso tudo ao mesmo tempo, da mesma forma. Quem consegue? O Senado consegue atender todos os problemas ao mesmo tempo? Nós temos que ter prioridades. Nós temos que ter estratégias. Mas essas questões todas estamos dispostos a discutir, a dialogar e a pensar em estratégias para amenizar o drama desses índios.

A questão mineral: o Senador havia me questionado se eu era a favor ou contra. É um erro no País achar que uma lei vai resolver o problema não apenas dos índios, mas de quem quer que seja. Não resolve, às vezes, até piora.

No caso da regulamentação da terra indígena, além das objeções que o Marcelo Cinta Larga colocou, eu tenho uma que me parece crucial, e muito crucial mesmo, Deputado Carlos Magno, Senador, e conto com V. Ex^{as} para fazerem o que puderem para contornar essa situação: é a audiência dos povos indígenas, que até agora não é determinante. Se os índios não quiserem mineração nas terras deles, esse veto, essa recusa dos povos indígenas pode ser contornada pelo Congresso Nacional, e isso me parece uma aberração, e isso me parece assim uma violência enorme contra os povos indígenas.

Existem muitos povos indígenas no País que não vão querer a mineração em terra indígena. E, mesmo assim, pelo projeto, pelo texto que está sendo encaminhado, essa recusa dos índios não vai ser determinante para arquivar o processo, e isso vai ser uma violência imensa, e isso vai gerar muitas guerras, muita violência no País, e mais opressão nos já sofridos povos indígenas.

O Sr. Paulo Ribeiro levantou duas questões, e eu vou me permitir tecer brevíssimos comentários.



Em primeiro lugar, a questão dos requerimentos. Olha, com todas as vênias possíveis, com o devido respeito à sua posição, o fato é que mineração em terra indígena não está regulamentada ainda. Ponto.

Segundo ponto, quando e se for regulamentada, quem vai decidir sobre isso é o Congresso Nacional. Então, essa posição do DNPM, quando falo que é dúbia, refiro-me ao fato de que nem é de deferir nem de indeferir; é sobrestar. A partir do momento que ele mantém esse registro lá, esse registro, por si só, está gerando especulação e vai, com certeza, gerar pressão sobre o Congresso Nacional, principalmente sobre os povos indígenas. Não tenho qualquer dúvida a respeito disso. E sem falar que a ação que propusemos – a ação está aí a partir da página 98 –, contra o DNPM, já ganhamos em primeiro e em segundo grau.

E, a respeito dessa especulação, tenho, no inquérito policial, um delegado da Polícia Federal que a Vaaldiam Resources, que é uma canadense, uma mineradora canadense, em matéria publicitária publicada em seu *site* na internet, afirma ter adquirido aproximadamente 176 mil hectares de áreas de prospecção adjacentes à Reserva Indígena Roosevelt, no Estado de Rondônia, onde, no Rio Lage, foi estimada a produção de aproximadamente 100 mil quilates de diamantes por mês, com valor de cerca de US\$20 milhões.

Está entendendo? Então, a Vaaldiam está fazendo isso por quê? Se o DNPM tivesse indeferido e dito: "Olha, a mineração não está regulamentada, e quem decide isso é o Congresso Nacional e ponto final"... A Vaaldiam, nessa época em que foi proposta essa ação, já estava especulando em cima...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. REGINALDO PEREIRA DA TRINDADE – Mas mesmo assim, mesmo assim, senhor, eles estão especulando. Isso, com certeza, vai gerar pressão sobre o Congresso Nacional e sobre os povos indígenas. Até porque a mineração em terra indígena – e isso felizmente é um ponto excepcional – vai depender de licitação, vai depender de laudo antropológico, ela vai depender de oitiva dos povos indígenas, etc. etc. Então, esses registros no DNPM só vão servir de pressão, especulação e *lobby* sobre o Congresso Nacional e sobre os povos indígenas. Essa é a minha opinião, com o devido respeito a sua, e é a opinião inclusive que tem prevalecido no Judiciário até agora. Essa ação felizmente nós conseguimos reverter.

A questão das riquezas, o senhor falou que existe uma lei; nós não desconhecemos nem podemos desconhecer essa lei. Acontece que essa lei não pode se sobrepor à Constituição Federal. Há um artigo na Constituição Federal que fala, sim, que as riquezas do subsolo são da União. Mas esse artigo que o Dr. Guilherme mencionou, da proteção, o que é terra tradicionalmente ocupada pelos índios, "destina sua posse permanente cabendo-lhes o usufruto inclusive das riquezas do solo"... Ah, desculpe, estou lendo errado. "São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para as suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar" etc. etc. etc. Sem falar que, logo



abaixo, há um artigo que trata justamente da mineração, que diz que, quando essa mineração for regulamentada, aos índios caberá parte dessa riqueza, parte do que for apurado. Então, assim, me parece, com o devido respeito da sua posição, que até hoje não foi regulamentada por conta do Congresso Nacional. Quer dizer, os índios, quando for regulamentada, eles terão direito. Só que o Congresso Nacional há mais de 20 anos não regulamenta a matéria. Então, eles não podem ser prejudicados em função disso. Portanto, nós defendemos que, pelo menos, eles tenham direito a uma parte dessa riqueza. Inclusive estamos até iniciando as tratativas para tentar um diálogo com o DNPM nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Que, aliás, já foi votado aqui no Senado, Dr. Reginaldo, e está na Câmara para apreciação e votação. Mas, no Senado, já foi votado.

O SR. REGINALDO PEREIRA DA TRINDADE – Está certo. Então, agradeço mais uma vez o Senador Acir Gurgacz, a Funai, por ter movido montanhas para trazer os índios cintas-largas, o pessoal da imprensa, o Dr. Guilherme Göpfert, o pessoal do DNPM, enfim, todos que tiveram qualquer participação direta ou indireta neste evento. Nós o consideramos realmente um divisor de águas, Senador, pois, a partir de agora, o povo cinta-larga conseguiu ser ouvido pelo Governo. Então, agradecemos imensamente a presença do Ministro Gilberto Carvalho. O assessor, por favor, leve isto: o mais sincero agradecimento a ele por ter nos ouvido pacientemente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito obrigado, Dr. Reginaldo.

Nós temos alguns *e-mails* que recebemos e, ao final, vou fazer a leitura de, pelo menos, alguns deles. São vários, mas temos aqui alguns.

Quem manda é a Francisca Neco Muniz dos Santos, da cidade de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. Ela comenta que assiste à audiência pública transmitida pela TV Senado, com a participação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que debate a situação dos povos indígenas cintas-largas. Segundo ela, é necessária uma fiscalização por parte da Presidenta da República nas ações da presidenta da Funai e também das ONGs evangélicas que estão recebendo verbas do Governo Federal para cuidarem dos índios, mas não estão utilizando o valor para a finalidade ao qual foi destinado. Essa é a opinião da Francisca. Muito obrigado, Francisca, pelo seu *e-mail*.

Também o Carlos Borromeu Fernandes Pereira, de Marabá, do Pará. Ele afirma estar acompanhando o debate sobre os povos indígenas e, como funcionário da Funai, informa que esta não trabalha com a saúde e a educação, pois é responsabilidade dos Municípios e Estados. Afirma também que não trabalha nas aldeias, mas nos gabinetes. Não elabora projetos para que os índios se tornem autossustentáveis e não aceita parceria. Comenta que quando esta elabora um projeto, por exemplo, de solicitação de sementes, esse é encaminhado para Brasília e, quando chega, já é época de colheita. Diante disso, sugere que a Funai seja extinta e que seja criada uma secretaria indígena federal, estadual e



municipal para que as verbas cheguem até as aldeias, pois, segundo ele, somente os índios, pelo menos no Estado do Pará, que têm convênios com a Vale têm acesso ao dinheiro, uma vez que os demais vivem em extrema miséria. Essa é a opinião do Carlos, de Marabá, do Pará.

A Luíza Helena Costa Archanjo, de Porto Velho, pergunta quais os projetos de geração de renda que estão sendo executados no momento pela Funai na aldeia Roosevelt, localizada na terra indígena cinta-larga. Se ela acompanhou – e como acompanhou – já deve ter tido a sua resposta atendida.

O Jorge Ilton Rocha, de São Luís do Maranhão, afirma que está assistindo ao debate sobre a situação dos povos indígenas na Comissão da CRA e comenta que as comunidades indígenas estão precisando de mais políticas públicas e, diante disso, a Funai não está fazendo nada.

Olha, vou ler só quatro dos milhares que temos aqui, Carolina, só para você ter uma noção da imagem que a Funai tem perante a população, não da totalidade, evidentemente, mas da imagem que se tem hoje da Funai.

Enfim, eram essas as colocações que tínhamos. Quero, mais uma vez dizer ao meu amigo Reginaldo, ao meu amigo Marcelo, ao Paulo Roberto, a todos das aldeias cintas-largas e das demais aldeias do nosso Estado de Rondônia que têm o nosso apoio. Nós fazemos parte do grupo Clamor. Vamos estar aqui sempre à disposição para ouvir e fazer os encaminhamentos necessários para melhorar a qualidade de vida dos povos indígenas. Eu, particularmente, acompanho a vida dos índios desde quando fui prefeito municipal de Ji-Paraná, em 2001, tive o prazer de ter uma convivência muito estreita com os índios araras, cintas-largas no sentido de podermos melhorar a qualidade de vida dessa população que precisa de uma atenção especial e um atendimento especial dos governos, sejam eles estaduais, municipais, federais, legislativo, executivo ou judiciário.

Agradeço também a presença do Deputado Carlos Magno, que muito nos honra com sua presença e contribuiu muito para o debate. Agradeço a Drª Carolina, o Bruno, o Dr. Tiago...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Marcelo, é um prazer. Vamos ouvir o Marcelo, que quer se despedir.

O SR. MARCELO CINTA LARGA – Primeiramente, gostaria de agradecer as pessoas de bem que estão nos apoiando tanto aqui quanto fora e assistindo a essa divulgação da nossa situação. Que Deus abençoe a família de cada um. Apesar de nós sermos pessoas que falam uma língua diferente, acredito que nós somos todos filhos de Deus, por isso, que Deus esteja com todas as pessoas que estão apoiando esta causa. Também não quero jamais que Deus deixe de lado aqueles que não a apoiam, pois somos todos seres humanos. Ao mesmo tempo, gostaria de passar uma mensagem aos parentes indígenas que estão nos assistindo. Obrigado pela força, principalmente à aldeia Roosevelt, Capitão Cardoso, à aldeia de João Bravo, que, com certeza, um dia, com o apoio de Deus a gente vai conseguir avançar a nossa luta.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito obrigado ao Marcelo.

O Paulo Roberto gostaria de mandar uma mensagem?

Por favor!

O SR. PAULO ROBERTO CINTA LARGA – Eu só queria agradecer a presença de todos os que estão aqui presentes: à Mesa, ao Dr. Reginaldo, a todos vocês que estão aqui. Agradecer essa divulgação à Funai, para ver essa situação que nós passamos na base lá.

Então, agradeço a todos, às comunidades lá de Mato Grosso, Aripuanã também.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito obrigado, Paulo Roberto.

Agradeço também ao Paulo Ribeiro de Santana, do DNPM; ao Dr. Guilherme Rocha, que é Procurador da República de Vilhena.

Muito obrigado pelas suas presenças.

Ao Ivan, nosso colega aqui que está representando o Senador Raupp, à Deputada Marinha, que me pediu para fazer o registro. Está registrado.

Muito obrigado pelas presenças.

Ao Deputado Carlos Magno, mais uma vez, muito obrigado pela sua presença junto conosco.

Pois não, por favor.

O SR. CARLOS MAGNO (PP - RO) – Eu só gostaria de dizer que, pelo que V. Ex^a leu dos *e-mails*, e estão aqui os povos indígenas, esse sentimento também é dos povos indígenas. Porque, historicamente, para você ter um órgão criado para defender, para fazer as políticas públicas dos povos indígenas, é preciso que a Funai seja mantida, mas com outra visão, com a visão de somar.

Eu tenho certeza de que o Congresso Nacional, a Câmara e o Senado, está à disposição. Nós sentimos falta de vocês nas discussões. Esse entendimento também eu acho que é importante, porque o próprio sentimento do Ministério Público é o dos nossos Parlamentares também para discutir essa questão, da minera..., enfim, da questão dos povos indígenas. Que nós possamos ser parceiros nisso aí e fazermos a nossa parte como representantes do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito obrigado, Deputado Carlos Magno.

Agradeço também ao nosso Presidente da Comissão, Senador Benedito de Lira, que deu total apoio para que esta audiência pública fosse realizada na tarde de hoje.

Reafirmo mais uma vez o nosso compromisso com os povos indígenas, principalmente...

Dr^a Carolina, por favor, com a palavra.

Não dá só para ouvir e não falar.



A SRª CAROLINA COMANDULLI – Eu gostaria também de falar.

Mas também já aproveitando para encerrar, dizer ao Procurador Reginaldo que eu vou levar o recado à nossa Presidência e reforçar aqui para a Funai que o Ministério Público Federal é um parceiro. Nós vemos assim e trabalhamos muito proximamente. Em diversas regiões do País há um Ministério Público Federal.

Afirmar também, um pouco em resposta às perguntas que foram feitas, que a Funai, como qualquer outro órgão público, tem as suas contas fiscalizadas, enfim, ela também passa pelos mesmos portais de transparência que os demais órgãos. E apenas uma informação a título de conhecimento, só esclarecendo uma das manifestações que foi lida: o Carlos Barromeu não é servidor da Funai; é ex-servidor da Funai.

E também falar sobre a complexidade. O tempo inteiro, nós colocamos aqui tanto os avanços quanto os desafios que a Funai enfrenta. Então, existem áreas em que a Funai mais ou menos presente, neste momento. E, nesse sentido, eu acho que é importante que consigamos ter uma visão um pouco mais ampliada a respeito disso.

E, respondendo ao Deputado Carlos Magno, no meu entendimento, hoje a Funai já está trabalhando com outra visão e está aberta ao diálogo, aberta às parcerias. Eu gostaria de reafirmar isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito obrigado, Drª Carolina, por mais uma vez, então, reafirmar o nosso compromisso com os nossos índios.

Agradeço também à Secretaria de Pesquisas de Opinião (Sepop), aqui do Senado Federal; à TV Senado; e à Rádio Senado.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todos pela presença conosco nesta tarde.

(Iniciada às 14 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 30 minutos.)